

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**LUCIANA GUIMARÃES SPIES**

**EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL**

**PORTO ALEGRE**

**2018**

**LUCIANA GUIMARÃES SPIES**

**EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Tosi Feijó

**PORTO ALEGRE**

**2018**

## CIP - Catalogação na Publicação

Spies, Luciana Guimarães  
Empreendedorismo e desenvolvimento econômico no  
Brasil / Luciana Guimarães Spies. -- 2018.  
53 f.  
Orientador: Flávio Tosi Feijó.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,  
BR-RS, 2018.

1. Empreendedorismo. 2. Desenvolvimento econômico.  
I. Feijó, Flávio Tosi, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**LUCIANA GUIMARÃES SPIES**

**EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Tosi Feijó

Aprovado em: Porto Alegre, 10 de dezembro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Flávio Tosi Feijó – orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Gabrielito Rauter Menezes  
UFPeI

---

Prof. Dr. Helio Henkin  
UFRGS

---

Prof. Dr. Stefano Florissi  
UFRGS

## **AGRADECIMENTO**

Inicialmente gostaria de agradecer a Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de realização deste curso e a todo o corpo docente envolvido na realização dele, em especial ao meu orientador professor Doutor Flávio Tosi Feijó, por ser sempre tão solícito e eficiente nas suas respostas.

Agradeço de forma complementar aos meus pais, familiares e amigos que acompanharam esta jornada e estiveram sempre dispostos a me apoiar quando necessário.

## RESUMO

Há anos o empreendedorismo vem ganhando notoriedade como área de estudo. Por volta de 1990 começa no Brasil o movimento em direção ao interesse deste tema, com iniciativas como a criação do serviço de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE). Neste contexto, o presente trabalho busca entender a relação entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico, através de revisão em estudos já realizados e regressão linear simples (método mínimos quadrados ordinários). Para fins de levantamento dos indicadores necessários para os testes econométricos, o empreendedorismo será medido através do indicador *Total Early-Stage Entrepreneurial Activity* (TEA) buscado nos relatórios do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM). Já no caso do desenvolvimento econômico serão utilizados três indicadores: o Produto Interno Bruto (PIB), o coeficiente de Gini e o percentual de pobreza, cujos valores foram buscados no Banco Mundial, para o primeiro e o último, e no IPEADATA, no caso do coeficiente de Gini. A revisão bibliográfica não foi conclusiva quanto à relação do empreendedorismo com o desenvolvimento econômico uma vez que os estudos apontam resultados divergentes, tanto nos indicadores utilizados quanto nas relações entre estes indicadores e o empreendedorismo. Já os testes econométricos indicam que o empreendedorismo influencia, ainda que de forma muito tímida, os indicadores de desenvolvimento econômico onde o que mais recebe influência é o percentual de pobreza.

Palavras-Chave: Empreendedorismo. Desenvolvimento econômico.

## **ABSTRACT**

Entrepreneurship has gained notoriety as a field of study in years. By the year of 1990, it has started in Brazil a movement towards the interest of this theme, with initiatives such as the creation of SEBRAE (micro and small business support service). In that context, this essay aims to understand the relation between entrepreneurship and economic development, through reviewing some finished studies and simple linear regression (Ordinary Least Squares Method - OLS). For the purpose of collecting the necessary indicators for the econometric tests, entrepreneurship will be measured by Total Early-Stage Entrepreneurial Activity (TEA) indicator searched in Global Entrepreneurship Monitor (GEM) reports. In the case of economic development will be used three indicators: gross domestic product (GPD), Gini coefficient and poverty percentage, which values were sought in the World Bank, for the first and last one, and in IPEADATA (Institute for Applied Economic Research database), in the case of Gini coefficient. The literature review was not conclusive regarding the relation between entrepreneurship and economic development, once the studies indicate divergent results, both on the indicators used and the relation between them and entrepreneurship. Although the econometric tests indicate that entrepreneurship influences economic development indicators in a conservative way, and the one that receives the most influence by it is the percentage of poverty.

Keywords: Entrepreneurship. Economic development.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1- Características dos empreendedores.....	14
Figura 1- Quantidade de horas para preparação e pagamento de impostos.....	18
Figura 2- Mortalidade e Sobrevivência - Empresas até 2 anos .....	18
Figura 3 - Participação relativa MEI <i>versus</i> outros portes de empresas.....	19
Quadro 2- Diferenças empreendedorismo tradicional e social.....	22

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Taxa de mortalidade Brasil e por região (%) .....	17
Tabela 2- Evolução empreendedorismo inicial .....	33
Tabela 3- Evolução PIB.....	34
Tabela 4- Evolução percentual de pobreza.....	35
Tabela 5- Evolução coeficiente de Gini .....	35
Tabela 6- Estatísticas relevantes – Regressão PIB e GINI.....	42
Tabela 7- Estatísticas relevantes – LnPIB e LnGINI .....	43
Tabela 8- Teste Dickey-Fuller aumentado .....	44
Tabela 9- Estatísticas relevantes – LnTEA e LnPIB .....	45
Tabela 10- Estatísticas relevantes – LnTEA e LnGINI.....	45
Tabela 11- Estatísticas relevantes – LnTEA e LnPOB.....	46

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>12</b>
2.1	EMPREENDEDORISMO .....	12
2.2	EMPREENDEDORISMO NO BRASIL .....	15
2.3	EMPREENDEDORISMO SOCIAL .....	20
2.4	ESTUDOS REALIZADOS .....	22
2.4.1	Distribuição de renda e pobreza.....	22
2.4.2	Apoio governamental.....	25
2.4.3	Empreendedorismo e capital humano .....	26
2.4.4	Empreendedorismo e crescimento econômico .....	27
2.4.5	Empreendedorismo e desenvolvimento econômico .....	28
2.4.6	Empreendedorismo e desenvolvimento econômico local .....	29
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>31</b>
3.1	LEVANTAMENTO DE DADOS .....	31
3.2	MODELO ECONOMETRICO .....	36
3.3	AVALIAÇÃO DAS REGRESSÕES .....	38
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>40</b>
4.1	TESTES ECONOMETRICOS .....	42
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>47</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nos primeiros anos do século XXI o Brasil se destacou positivamente na evolução de alguns indicadores, apresentando uma redução considerável da miséria, juntamente com melhorias na distribuição de renda e uma elevação do Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com o relatório divulgado em 2015 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil tornou-se referência mundial em redução da pobreza, destacando-se pelo resultado de alterar de 25,5% para 3,5% a pobreza extrema entre os anos de 1990 e 2012, enquanto o coeficiente de Gini passou de 0,572 em 2004 para 0,543 em 2009, segundo dados do Ipeadata. Se compararmos, ainda, com dados mais recente disponível pela mesma fonte, este indicador alcança a marca de 0,518 no ano de 2014, sendo o valor mais baixo desde o início da coleta em 1976, apontando assim uma melhoria significativa e consistente na distribuição de renda no Brasil nas últimas décadas. Quanto ao principal indicador econômico, o Brasil também se salienta e, no ano de 2014, ficou em sétima posição do ranking de PIBs divulgado pelo Banco Mundial. Em 2015 o Brasil cai duas posições neste ranking, sendo ultrapassado pela Índia e pela Itália, mas permanecendo ainda entre os 10 maiores produtos do mundo e a frente de países importantes como Canadá e Espanha.

Nesse contexto de aparente melhoria e otimismo existem algumas ações explícitas do governo que possibilitaram a obtenção destes resultados, como iniciativas voltadas à distribuição renda (bolsa família, por exemplo) ou ainda, os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC). No entanto, provavelmente existem outros fatores que podem ter influenciado de forma implícita os resultados positivos atingidos, fatores esses que não necessariamente têm ligação direta com programas do governo, mas sim, vínculo com os indivíduos em busca de alternativas ou melhores condições para eles próprios, seja por necessidade ou oportunidade. Desta maneira, uma das formas das pessoas buscarem soluções para os seus problemas, seja no âmbito financeiro ou de realização pessoal, é através do empreendedorismo.

A partir da década de 1990 o conceito de empreendedorismo passou a ser bastante difundido no Brasil, tornando-se objeto de estudo e acompanhamento. A pesquisa da *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) revela que, em 2013, o país atingiu o nível mais elevado de empreendedorismo por oportunidade nos 12 anos anteriores, ilustrando assim, o avanço que o país obteve nesta área. De forma análoga, o relatório de 2014 da mesma fonte expõe que,

considerando apenas os empreendedores em estágio inicial (TEA – taxa de empreendedores iniciais), a taxa de empreendedores por oportunidade<sup>1</sup> foi de 70,6%. O relatório ainda explicita que para cada empreendedor que começou suas atividades por necessidade no ano em questão, outros 2,4 iniciaram suas atividades por terem vislumbrado uma oportunidade, ou seja, os negócios iniciados com base na percepção de alguma oportunidade foram mais do que o dobro dos negócios iniciados apenas por necessidade no ano de 2014 no Brasil.

Apesar do tema do empreendedorismo ter ganhado força nas últimas duas décadas, ele ainda não sofreu um esgotamento das possibilidades de aprofundamento e aprofundamento na literatura. Na linha de estudo mais tradicional do tema há uma relação entre empreendedorismo e crescimento econômico, deixando algumas lacunas que podem ser exploradas, como, por exemplo, a relação entre o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico<sup>2</sup>. Buscando preencher estes vazios surgem linhas de interesse como o empreendedorismo social.

O Portal Brasil (2012) define empreendedorismo social como um negócio lucrativo e que, ao mesmo, tempo traz desenvolvimento para a sociedade. Na mesma reportagem divulgada pela fonte é apontado que “negócios sociais integram a lógica dos diferentes setores econômicos e oferecem produtos e serviços de qualidade à população excluída do mercado tradicional, ajudando a combater a pobreza e diminuir a desigualdade”, destacando ainda que os principais objetivos de negócios sociais são a inclusão social, a geração de renda e a qualidade de vida. Além disso, são economicamente rentáveis, como os negócios tradicionais.

Assim, este trabalho inicialmente se justifica pela não exaustão do tema principal, no caso, o empreendedorismo. Sendo um tema relativamente recente e ainda em desenvolvimento se entende que ainda há espaço para uma discussão mais aprofundada. De forma mais pontual, este trabalho também é justificado pela não existência de abordagem mais clara e ampla sobre a relação entre indicadores de empreendedorismo com indicadores econômicos (PIB) e indicadores sociais (distribuição de renda e pobreza), para o caso brasileiro. Ou seja, os estudos

---

<sup>1</sup> De acordo com GEM (2013) empreendedores por oportunidade são aqueles que, após a identificação de uma oportunidade, optam por empreender mesmo possuindo alternativas de renda e emprego.

<sup>2</sup> Enquanto o crescimento econômico se refere ao aumento apenas da renda o desenvolvimento econômico possui uma abordagem mais ampla com a inclusão de indicadores de cunho social além do aspecto da renda. “O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.” (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

relacionando empreendedorismo com o desenvolvimento econômico (e não apenas com o crescimento econômico) ainda são escassos incitando a realização deste trabalho. O objetivo geral deste trabalho é entender a relação entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico, mediante revisão na bibliografia para mapeamento do cenário atual e realização de testes econométricos simples para entendimento prévio desta relação. Já os objetivos específicos são expor as principais ideias e conceitos sobre empreendedorismo, assim como, levantar os principais pontos sobre o empreendedorismo no contexto brasileiro. Posteriormente, a pesquisa terá o fim de expor conceitos ligados ao empreendedorismo social. Por fim, são apresentados alguns estudos cujos intuitos são a relação do empreendedorismo com indicadores sociais e com o desenvolvimento econômico, procurando indícios do reflexo de novos empreendimentos nestes para a conjuntura destes trabalhos. Concluída esta contextualização bibliográfica será explorada a relação entre empreendedorismo e indicadores econômicos e sociais através de regressões simples utilizando o método de mínimos quadrados ordinários, uma vez que o objetivo secundário do trabalho é buscar indicativos da relação entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico. Para este fim foram utilizados os indicadores taxa de empreendedorismo inicial, produto interno bruto, coeficiente de Gini e percentual de pobreza.

Este trabalho se encontra organizado em mais cinco seções. Após esta introdução será desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, disposta em quatro sub-tópicos. A seguir são especificados os procedimentos metodológicos e, na sequência, no capítulo quatro, os resultados encontrados e as discussões pertinentes são apresentados. Por fim, há uma seção destinada às considerações finais que visa dar um fechamento ao trabalho, assim como deixar sugestões para possíveis estudos futuros.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir, será realizada uma breve revisão teórica iniciando com um panorama geral sobre empreendedorismo e, na sequência, o tema será exposto no contexto brasileiro. Após, será apresentada uma síntese a respeito de empreendedorismo social. Por fim, são expostos estudos realizados cujos objetivos são a relação do empreendedorismo com algum indicador pertinente à análise proposta neste trabalho, buscando avaliar em qual direção as pesquisas apontam no que tange o relacionamento do empreendedorismo com o desenvolvimento econômico.

### 2.1 EMPREENDEDORISMO

Schumpeter (1982) destaca que o desenvolvimento econômico se dá a partir de uma perturbação no equilíbrio existente e que, de maneira geral, o agente da mudança é o produtor, cabendo ao consumidor apenas ser ensinado a querer coisas novas ou coisas que não tinha o hábito de usar. Assim, o autor destaca que o desenvolvimento se torna possível mediante a criação de “novas combinações”, chamando estes novos arranjos de “empreendimentos” e os indivíduos responsáveis por realizá-los de “empresários”.

De origem francesa, a expressão *entrepreneur* pode ser literalmente traduzida como “intermediário” ou de forma mais usual como “empresário”. De uma maneira contemporânea, o termo empresário tem sido substituído na literatura (ou utilizada de forma sinônima) pelo termo empreendedor, pois o segundo possui um caráter mais amplo dentro do que vem sendo estudado nas escolas de administração e negócios. O termo empreendedorismo, de acordo com Dornelas (2005) pode ser creditado a Marco Polo na sua primeira utilização, quando este tentou estabelecer uma rota comercial no Oriente, assinando contrato com um homem que possuía dinheiro (que hoje seria conhecido com capitalista) para vender suas mercadorias. Nesta relação o capitalista assumia os riscos de forma passiva enquanto o papel ativo cabia ao empreendedor, assumindo os riscos emocionais e físicos. Ainda de acordo com o mesmo autor, na idade média o empreendedor passa a ser conhecido como aquele que gerenciava grandes projetos de produção, mas sem assumir riscos, apenas utilizando os recursos disponíveis da melhor forma possível e, a partir do século XVII, surgem os primeiros indícios da relação entre o empreendedorismo e o assentimento dos riscos. Aqui, ganham notoriedade figuras importantes

como o economista e escritor Richard Cantillon. Segundo Hashimoto (2006), a utilização do termo empreendedor foi registrada pela primeira vez por Richard Cantillon no ano de 1755 para explicar aceitação do risco de comprar alguma coisa por um determinado preço e vendê-lo sob um palco de incerteza e, no ano de 1803, Jean Baptiste Say tornou o conceito mais amplo ao dizer que empreender está relacionado com a transferência de recursos econômicos de um setor de produtividade baixa para um setor com produtividade de maior rendimento (HASHIMOTO, 2006). De forma contemporânea pode-se entender que o empreendedor é, segundo Dolabela (1999), a pessoa que se dedica a atividades que geram riqueza, podendo ser via transformação de conhecimento em produtos ou serviços, na geração próprio conhecimento ou ainda, através de inovações em áreas como produção e marketing. Outra definição possível é a de que o empreendedor é “a pessoa que inicia e/ou opera um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente” (CHIAVENATO, 2004).

Timmonds (2009) justifica o interesse pelo empreendedorismo ao expor quatro mudanças empresariais nos últimos 40 anos que afetaram o jeito de ver o tema: (i) o empreendedorismo é o novo paradigma de gestão: forma empreendedora de pensar e raciocinar; (ii) paradigma de educação: nova forma de ensino e aprendizagem; (iii) empreendedorismo tem se tornado uma forma de gestão dominante em negócios sem fins lucrativos ou no campo social, e; (iv) o empreendedorismo tem transcendido rapidamente as escolas de negócios, passando a ser relacionado em currículos de cursos como engenharias, arquitetura, medicina entre outros. Assim, fica explícito o motivo de euforia no estudo do empreendedorismo.

Baggio e Baggio (2014) aponta a distinção entre as principais teorias que abordam o empreendedorismo: a teoria econômica e a teoria comportamentalista. Onde, a primeira teoria aponta que os economistas foram os primeiros a perceberem a importância do empreendedorismo e estavam essencialmente interessados na compreensão do papel do empreendedor e o reflexo da atividade empreendedora na economia. São os casos dos autores já citados Richard Cantillon, Jean Baptiste Say e Joseph Schumpeter. Já a segunda teoria, possui o escopo voltado ao comportamento e motivação dos empreendedores, sendo a mesma desenvolvida por psicólogos, sociólogos entre outros. De acordo com Fillion (1999), um dos primeiros autores da vertente comportamentalista do empreendedorismo foi Max Weber, que via os empreendedores como pessoas independentes e inovadoras, no entanto, o autor que realmente iniciou a contribuição da ciência do comportamento foi David McClelland. O autor

ainda aponta que até o início dos anos 80 os comportamentalistas dominaram o campo do empreendedorismo com sua busca pela definição de quem são os empreendedores e suas características. Abaixo, no quadro 1, são apontadas características comuns aos empreendedores.

Quadro 1- Características dos empreendedores

Agressividade e energia para realizar	Propensão ao risco	Capacidade de persuasão
Orientação para resultados	Eficiência	Busca de informações
Fixação de metas objetivas	Criatividade	Perseverança e tenacidade
Capacidade de tomar decisões	Forte intuição	Habilidade de relacionamento
Planejamento e monitoramento	Trabalha sozinho	Necessidade de realização
Aceitação de responsabilidades e desafios	Otimismo	Autonomia / Autocontrole
Flexibilidade e resistência a frustrações	Dinamismo	Criação de rede de contatos
Saber buscar, utilizar e controlar recursos	Persistência	Liderança carismática
Tolerância à ambiguidade e à incerteza	Autoconfiança	Comprometimento e iniciativa
Busca pela qualidade	Independência	Vontade de trabalhar duro

Fonte: Dolabela (1999); Chiavenato (2004); Bernardi (2008); Dornelas (2005).

De forma complementar e mais ampla, Dornelas (2005) aponta aspectos convergentes em todas as definições de empreendedor:

- a) possuem a iniciativa de criação de novos negócios e paixão pelo que fazem;
- b) possuem a criatividade necessária para fazer a melhor adequação dos recursos disponíveis, transformando assim o ambiente econômico e social onde estão inseridos, e;
- c) aceitam a possibilidade do fracasso e assumem os riscos necessários.

Já Hashimoto (2006) aponta três elementos que, quando juntos, qualificam um empreendedor:

- a) inovação: o papel do empreendedor não é limitado à criação de negócios, compreendendo também ações como a formatação de novos métodos de produção, abertura de novos mercados, busca de materiais alternativos ou mudanças organizacionais;
- b) risco: não há empreendimento sem risco e quanto maior a incerteza maiores são as imprevisibilidades dos resultados, e;
- c) autonomia: cabe ao empreendedor a definição dos objetivos, decidir sobre o uso de recursos, escolher as melhores estratégias e buscar as melhores oportunidades.

Especificamente sobre as habilidades necessárias para um empreendedor, Dornelas (2005) faz a separação em três áreas:

- a) técnica: capacidade de captar informações, ter conhecimento específico no mercado que atua, saber trabalhar em equipe;
- b) gerencial: ser um bom negociador, envolvimento com áreas chave como marketing e vendas, e;
- c) características pessoais: ser um líder, ter disposição a correr riscos, ter resiliência e persistência.

O empreendedorismo também pode ser analisado sob o viés da motivação para empreender. Neste contexto há o empreendedorismo por necessidade ou por oportunidade. O GEM (2013) define os empreendedores por necessidade como aqueles que iniciam um negócio próprio por não possuírem melhores opções de ocupação, vendo nesse novo negócio uma oportunidade de gerar renda para si e para sua família. Já os empreendedores por oportunidade são definidos como as pessoas que mesmo tendo opção de emprego e renda, optam por abrir um negócio mediante a identificação de uma oportunidade. De acordo com o Portal Brasil (2012) o empreendedorismo por necessidade é mais sensíveis à conjuntura econômica dos países e tendem a desacelerar quando a oferta de emprego é maior, enquanto o empreendedorismo por oportunidade tem maiores chance de sucesso e possui um forte impacto sobre o crescimento econômico.

Do ponto de vista da interação do empreendedorismo com o desenvolvimento econômico, Hisrich, Peters e Shepherd (2009, p. 36) destacam que o papel do empreendedor extrapola o aumento da produção e da renda *per capita*, envolvendo também iniciar e construir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade, esclarecendo ainda que “tais mudanças são acompanhadas pelo crescimento e por maior produção, o que permite que mais riqueza seja dividida pelos vários participantes”. De forma análoga Dolabela (1999, p. 45) aponta que “o empreendedorismo deve conduzir ao desenvolvimento econômico, gerando e distribuindo riqueza e benefícios para a sociedade”.

## 2.2 EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

No Brasil, assim como no mundo, o interesse pelo empreendedorismo também cresceu nas últimas décadas, ganhando força a partir da década de 1990 com a criação de entidades como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a implementação de

incentivos governamentais. No ano de 1999 foi iniciado um programa chamado *Global Entrepreneurship Monitor*, cujo objetivo é uma avaliação anual do nível nacional da atividade empreendedora. Inicialmente com a participação de apenas 10 países, atualmente o programa é responsável pelo maior estudo contínuo sobre dinâmica empreendedora. O Brasil participa da pesquisa desde o ano de 2000 e no país o trabalho é realizado pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBPQ) contando com o apoio do SEBRAE. Para efeito do estudo do GEM no Brasil, empreendedorismo é conceituado como: “qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou novo empreendimento, como, por exemplo, a atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente, por um indivíduo, grupos de indivíduos ou por empresas já estabelecidas” (GEM, 2000, p. 06).

Nogami, Medeiros e Faia (2014) realizaram um estudo de análise da atividade empreendedora no Brasil, baseado na análise dos relatórios do GEM entre os anos de 2000 e 2013, citando como as principais características da atividade empreendedora no Brasil:

- a) altas e constantes taxas de empreendedorismo em relação aos outros países;
- b) o governo brasileiro ao mesmo tempo que apoia a atividade com políticas públicas, dificulta o empreendedorismo com entraves tributárias;
- c) as mulheres cada vez mais se apresentam como praticantes da atividade empreendedora, e;
- d) apesar de apresentar altas taxas de empreendedorismo, a atividade empreendedora no Brasil se caracteriza por ter baixo índice de inovação.

Os resultados deste mesmo estudo apontam o papel ambíguo do governo, pois ao mesmo tempo em que ele é um facilitador com a aplicação de políticas públicas de incentivo, acaba também operando como um limitador devido à aplicação de tributos e burocracias. Outro importante resultado é que, em tese, os empreendimentos têm ocorrido mais pela necessidade e menos pela identificação de oportunidade e com baixa inovação, o que pouco estimula a competitividade e o desenvolvimento da economia e do mercado.

Um ponto que costuma gerar discussão quanto ao empreendedorismo no Brasil é o índice de mortalidade das empresas. Machado e Espinha (2007) apontam a importância do conhecimento das causas dessa mortalidade para aumentar as chances de sucesso de pequenos empreendimentos. No ano de 2004, o SEBRAE promoveu uma pesquisa nacional cujo objetivo foi a avaliação da taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas levantando de forma

complementar os fatores que causam a mortalidade ou o sucesso destes negócios. Abrangendo empresas constituídas e registradas entre 2000 e 2002, os resultados, quanto ao percentual de mortalidade, podem ser verificados na tabela 1, abaixo.

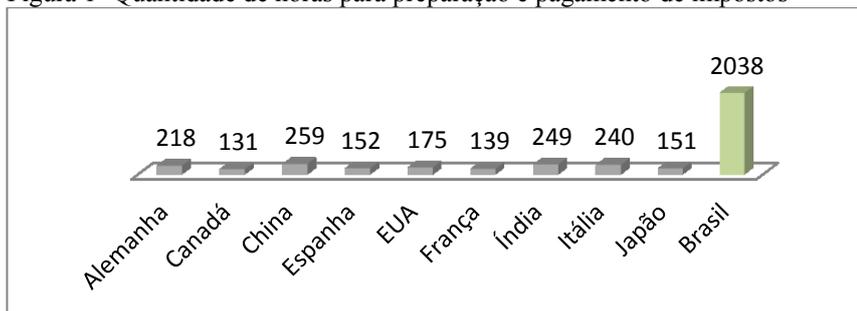
Tabela 1 - Taxa de mortalidade Brasil e por região (%)

ANO DE CONTIRUICAO	TOTAL BRASIL	POR REGIÃO				
		SUDESTE	SUL	NORDESTE	NORTE	CENTRO OESTE
2000	59,9	61,1	58,9	62,7	53,4	53,9
2001	56,4	56,7	60,1	53,4	51,6	54,6
2002	49,4	48,9	52,9	46,7	47,5	49,4

Fonte: Adaptado de SEBRAE (2004).

É possível perceber, baseado nos números acima, que a taxa de mortalidade das empresas brasileiras é bastante alta, variando entre quase 50% para empresas com até 2 anos e quase 60% para empresas com até 4 anos de existência. Já os fatores apontados como causa do fechamento, quando feitas perguntas estimuladas, podem ser separados em quatro principais categorias e, posteriormente, apontar as principais respostas encontradas para cada uma: (i) falhas gerenciais: falta de capital de giro, problemas financeiros, ponto/local inadequado e falta de conhecimentos gerenciais; (ii) causas econômicas conjunturais: falta de clientes, maus pagadores e recessão econômica do país; (iii) logística operacional: instalações inadequadas e falta de mão de obra qualificada, e; (iv) políticas públicas e arcabouços legais: falta de crédito bancário, problemas com a fiscalização e carga tributária. Já no caso de respostas espontâneas a principal causa do fechamento passa a ser a carga tributária elevada (29,1% das citações). A problemática em relação à carga tributária no Brasil fica bem evidente quando é feita a comparação, com outros países, de algum indicador relacionado ao tema, como, por exemplo, o tempo necessário para o cálculo e pagamento de impostos. De acordo com o Banco Mundial, no ano de 2015, o brasileiro despendia 2038 horas para o cálculo e o pagamento de impostos. Na figura 1 é apresentado este dado e realizada uma comparação com as principais economias mundiais.

Figura 1- Quantidade de horas para preparação e pagamento de impostos

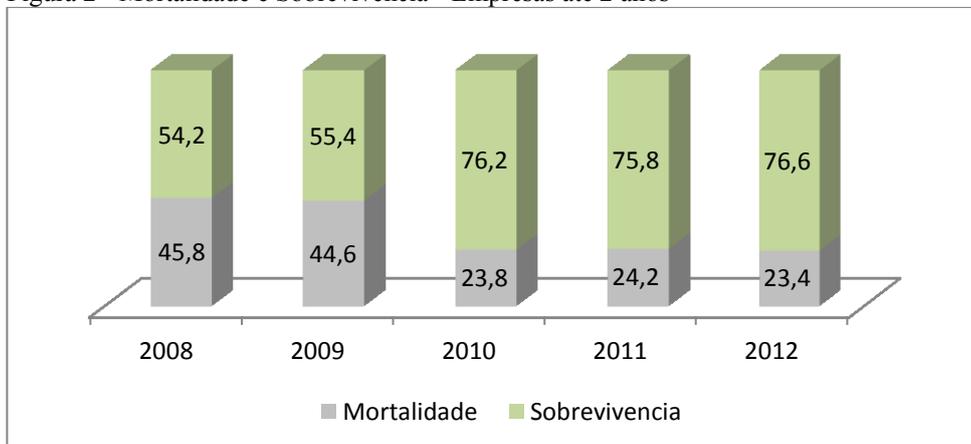


Fonte: Banco Mundial.

O indicador utilizado na comparação acima é o *Time to prepare and pay taxes (hours)*. Ele é elaborado com o tempo necessário para preparar, arquivar e pagar três tipos principais de impostos: imposto de renda pessoa jurídica, impostos sobre vendas e encargos trabalhistas. Como é possível constatar desta comparação a quantidade de horas que são direcionadas para a regularização da tributação no Brasil é muitas vezes superior ao das principais economias. Quinze vezes maior do que no Canadá, por exemplo. Desta forma, apenas pra colocar os impostos em dia o brasileiro utiliza quase 85 dias de trabalho em um ano.

De acordo com os dados mais recentes do SEBRAE sobre a sobrevivência das empresas houve uma trajetória de melhoria. Conforme o relatório de 2016 houve uma menor taxa de mortalidade entre as empresas de até dois anos de atividade passando de um percentual de mortalidade de 45,8% no ano de 2008 para 23,4% no ano de 2012. Ou seja, em apenas quatro anos a taxa de sobrevivência das empresas brasileira com até vinte e quatro meses de existência aumentou em mais de 22%. Na figura 2 são apresentadas as taxas de sobrevivência e mortalidade, sendo elas complementares.

Figura 2 - Mortalidade e Sobrevivência - Empresas até 2 anos

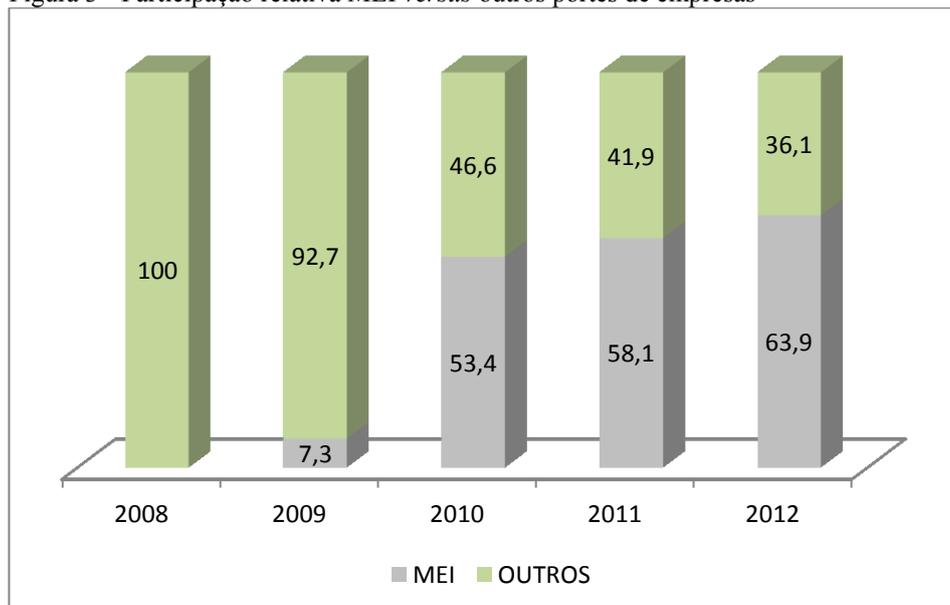


Fonte: SEBRAE (2016).

O relatório expõe que existe uma série de questões neste período que beneficiaram positivamente a capacidade de sobrevivência das empresas no seu início, dentre elas podemos destacar a evolução crescente do PIB (exceto no ano de 2009), a tendência de queda dos juros, a queda na taxa de desemprego e a evolução positiva na legislação voltada para pequenos negócios.

A respeito da legislação voltada para pequenos negócios, o SEBRAE (2016) aponta três principais pontos de melhoria do ambiente legal: (i) Lei Geral (2006); (ii) Simples Nacional (2007), e; (iii) Criação do MEI (2008/2009). Pode-se dar destaque ao último, pois permitiu a formalização de negócios com uma faixa de faturamento baixo, assim como estimulou a criação de novos negócios, com baixo custo de registro e pouca burocracia. Entre as vantagens oferecidas para esta categoria está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), facilitando a emissão de notas fiscais assim como abertura de conta jurídica ou solicitação de empréstimo. Outro ponto é a isenção de tributos federais (imposto de renda, PIS, cofins, IPI, CSLL) uma vez que o MEI é enquadrado dentro do Simples Nacional. De acordo com o SEBRAE (2017) de Julho de 2009 a 31 de Dezembro de 2016 foram registradas no Brasil 6.649.896 microempreendedores individuais. Abaixo, na figura 3, é possível perceber a importância da criação do MEI, a partir da representatividade que ele obteve do total de empresas no Brasil.

Figura 3 - Participação relativa MEI *versus* outros portes de empresas



Fonte: Adaptado de SEBRAE (2016).

### 2.3 EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Tendo em vista a crescente importância do empreendedorismo como área de interesse e de estudo, inúmeros trabalhos vêm sendo realizados com este tema central. Para Fillion (1999) o empreendedorismo pode ser definido como o campo que estuda os empreendedores, examinando suas características, atividades e métodos, assim como seus efeitos sociais e econômicos, todavia entende que seria necessária a criação de uma nova ciência: a empreendedologia (*entreprenology*). Esta ciência poderia criar um corpo teórico composto por elementos convergentes de estudos gerados por várias disciplinas, assim o próprio empreendedorismo permaneceria como um campo de pesquisa aplicada produzindo resultados interessantes tanto para empreendedores potenciais quanto para empreendedores de fato. No entanto, o autor ainda aponta que serão necessárias milhares de publicações antes deste ponto ser atingido. Enquanto não existe uma ciência do empreendedorismo passam a surgir outras abordagens acerca do tema.

Neste contexto, outro enfoque sobre o assunto que vem gerando discussões interessantes é a investigação dos reflexos do empreendedorismo na área social, com estudos relacionados ao empreendedorismo social, inovação social e economia social. O empreendedorismo social emerge como uma dentre várias outras propostas de enfrentamento da pobreza e das expressões da questão social face ao contexto da sociedade globalizada (OLIVEIRA, 2004).

Bignetti (2011) define a inovação social como o resultado da aplicação de conhecimento às necessidades sociais. Isto se dá através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral. O mesmo autor ainda destaca que tanto empreendedores clássicos como os empreendedores sociais têm atributos idênticos, ambos são inovadores, movidos e comprometidos com uma visão, resilientes, entusiastas e utilizam ferramentas empresariais, expondo que a diferença entre eles está mais no propósito de seus empreendimentos do que em suas características. Enquanto o primeiro tem um objetivo quase que puramente financeiro, o segundo visa mais objetivos sociais. Para Junior, Beiler, e Walkowski (2011) o empreendedorismo social tem como objetivo o trabalho coletivo e não individual. O seu foco deve ser a busca de soluções para os problemas sociais causando, dessa forma, impacto social positivo. Visa ajudar as pessoas que se encontram em situação frágil e de risco possibilitando a sua inclusão na sociedade. Já para Flory (2009) cabe aos empreendedores sociais a criação de

oportunidades de atividades empreendedoras orientadas para a população de baixa renda, através de estudos, pesquisas e ações sobre as reais necessidades daquela região.

De acordo com Parente, Costa, Santos e Chaves (2011) é consensual que o conceito de empreendedorismo social nasceu de um contexto americano, no entanto todas as escolas contribuem para o interesse pelo tema e para a conscientização da necessidade de encontrar formas inovadoras de adequar os negócios à solução de problemas sociais, apesar das divergências fruto de diferenças dos contextos sociais, econômicos e políticos. Resumidamente, para os autores a vertente social do empreendedorismo tem conseguido afirmar sua autonomia tanto pelas suas especificidades quanto pela natureza de suas atividades e resultados. Os trabalhos desenvolvidos tanto no contexto na escola americana quanto na escola europeia têm procurado aprender as novas dinâmicas e tendências do terceiro setor, consolidando um conceito ainda disperso.

Quintão (2004) define algumas características das empresas sociais:

- a) possuem finalidades de caráter social: visam interesse geral e coletivo, com objetivos como a luta contra a exclusão social e o desemprego, assim como a busca pelo desenvolvimento econômico e social;
- b) organizam-se como uma empresa: são administradas com métodos de gestão empresarial para a produção e venda de bens e serviços, mas buscam outras formas de recursos para se manterem como subsídios, donativos ou serviços voluntários;
- c) assumem especificidades do ponto de vista da natureza jurídica, institucional e organizacional: as formas legais podem variar de acordo com cada país, sendo em geral empresas do terceiro setor (cooperativas e associações) – são organizações privadas, mas diferentes das empresas capitalistas que tem como prioridade o lucro. São organizações que visam o interesse geral, mas com um estatuto distinto e autônomo das organizações da administração pública, e;
- d) se desenvolvem em diversos campos de atividade: serviços comunitários, serviços de proximidade, serviços sociais, por exemplo. Abaixo, no quadro 2, é possível ver as principais diferenças entre o empreendedorismo na sua forma tradicional e o empreendedorismo social.

Quadro 2 - Diferenças empreendedorismo tradicional e social

Empreendedorismo Tradicional	Empreendedorismo Social
Individual	Coletivo
Produz bens e serviços	Produz bens e serviços para a comunidade
Foco no mercado	Foco na busca de soluções de problemas sociais
Medida de desempenho é o lucro	Medida de desempenho é o impacto social
Visa satisfazer necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades dos negócios	Visa respeitar as pessoas em situação de risco social e promovê-las

Fonte: Adaptado de Oliveira (2004).

Quintão (2004) expõe que algumas potencialidades podem ser atribuídas ao empreendedorismo social, sendo elas: a luta contra a pobreza e a exclusão social; o emprego e a inserção social e profissional, e; o desenvolvimento local e sustentável. Em um levantamento amplo sobre pontos de debate em relação à superação da miséria no Brasil, Lavinhas e Martins (2012) destacam o empreendedorismo como um caminho possível explicitando que a partir da década de 1990 começa a ser debatido sobre serviços financeiros ao alcance dos pobres como instrumento para potencializar seu empreendedorismo, deixando a pobreza no passado. No entanto, os autores levantam alguns pontos de reflexão para o incentivo ao empreendedorismo no que tange à parcela mais empobrecida da população, como a fragilidade do programa Crescer, uma vez que se destina ao grupo de vulneráveis que já acumularam alguma experiência no mercado de trabalho. Outro ponto é o papel central da moradia, ou falta dela, para os mais pobres empreenderem, uma vez que sem uma infraestrutura mínima que começa e quase sempre se restringe ao local de moradia aumentam os riscos que se pretende reduzir.

## 2.4 ESTUDOS REALIZADOS

A seguir serão detalhados os estudos realizados.

### 2.4.1 Distribuição de renda e pobreza

Referente à distribuição de renda existem alguns estudos realizados no contexto brasileiro demonstram resultados esperançosos. Santos, Santos, Gonzales e Lopes (2013) apresentam resultados de seu estudo onde é proposta a identificação e comparação de setores da economia que impulsionaram o crescimento econômico com aqueles que mais contribuíram para a redução da desigualdade na distribuição de renda no ano de 2008. Deste trabalho podemos tirar algumas conclusões relevantes sobre a distribuição de renda. Os setores de

serviços prestados às famílias, comércio, agropecuária, transportes e comunicações são os que mais contribuem para a redução da desigualdade. Os setores onde há a destinação de uma parte significativa das remunerações totais em forma de salário também são apontados como os que mais contribuem para esta redução. E, de forma ainda pontual, as atividades que mais contribuem para a distribuição de renda, em vários casos, representam o tradicional empreendedorismo brasileiro, que, através da oferta de serviço representa uma oportunidade de ascensão social para famílias de baixa renda. Além de favorecerem a queda da desigualdade, estes departamentos também apresentam capacidade de estímulo da economia, principalmente via consumo das famílias.

Cacciamali (2002) questiona a persistência da desigualdade no Brasil e apresenta quatro principais elementos que impedem o país de apresentar melhores resultados neste sentido, sendo eles:

- a) elevada concentração de riqueza (tanto de capital físico quanto de capital humano) – esta concentração limita a construção de um sistema social de alta produtividade e distribuído de forma homogênea;
- b) privilégios – as classe dirigentes possuem uma habilidade política de manter situações de privilégio;
- c) falta de políticas públicas – a ausência histórica de políticas públicas cujo foco esteja em mudanças estruturais e distributivas, e;
- d) falta de organização da sociedade - a insuficiência de organização político social dos brasileiros, reflexo de um baixo nível de educação formal.

A autora ressalta que em estudos onde o tema central é pobreza estima-se que cerca de 34% da população brasileira vive com renda abaixo da linha de pobreza. Assim, a má distribuição de renda no Brasil parece se tratar de uma questão crônica, sistêmica e quase inalterável.

Barros, Henriques e Mendonça (2000) expõem um diagnóstico básico acerca da estrutura da pobreza no Brasil concluindo que o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres, extremamente injusto e desigual, deixando claro que o Brasil não possui problemas com escassez de recursos para a erradicação da pobreza. Segundo os autores, tradicionalmente o país tem reforçado a estratégia de via única do crescimento econômico, o que não tem surtido efeitos satisfatórios no que tange a redução das desigualdades. Para a

erradicação da pobreza seria necessária a elaboração de uma estratégia onde a redução da pobreza fosse prioritária.

Outros autores colocam o empreendedorismo em evidência, em detrimento de atitudes assistencialistas, quando se trata de submergir de situações de pobreza. Neto (2015) destaca que países como Estados Unidos, Inglaterra, França, Austrália, e mais recentemente, Cingapura e Coréia do Sul são desenvolvidos (analisando rapidamente indicadores econômicos e sociais) não por receber ajuda dos outros, ou seja, por uma cultura assistencialista, mas sim por sua produção e pelo livre comércio, obtido por um comportamento empreendedor de tentar resolver seus problemas por conta própria, concluindo que o empreendedorismo é a única forma viável e sustentável de retirar comunidades, assim como nações inteiras, da pobreza. O autor aponta o empreendedorismo como a solução para muitos problemas econômicos e sociais, “a doação, ao contrário do empreendedorismo com responsabilidade social, não cria empregos, não gera riquezas, não paga impostos, ou seja, funciona como uma droga viciante, quanto mais alguém recebe mais precisa e menos força tem para se livrar dela, destruindo completamente a integridade e a dignidade da pessoa, pois ela perde a fé em si mesma” (NETO, 2015, p. 92).

Filho, Júnior, Paranhos e Rocha (2014) buscam entender a relação entre empreendedorismo, desemprego e formalização no mercado de trabalho. A medida do empreendedorismo neste caso é estimada pelo número de empresas de pequeno porte ponderado pela população (dados extraídos do SEBRAE), enquanto os outros dois indicadores foram buscados no Censo 2010, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados apontam que a taxa de empreendedorismo exerce um efeito negativo no desemprego e positiva com o nível de formalização. Em média, o aumento de uma unidade no empreendedorismo reduz em mais de 15% o desemprego enquanto reduz em mais de 20% o grau de formalização do trabalho. Os autores ainda destacam que existem muitas diferenças regionais, onde o sul e o sudeste possuem alto empreendedorismo, baixo desemprego e alta formalização enquanto o norte e o nordeste possuem indicadores contrários, baixo empreendedorismo, alto desemprego e baixa formalização salientando a necessidade dessas diferenças serem consideradas na criação de políticas públicas. Falando especificamente sobre o Simples Nacional, de acordo com o estudo, este se mostrou eficaz, mas também obteve resultados variando dependendo do estado.

#### 2.4.2 Apoio governamental

Em se tratando de estudos relacionados com empreendedorismo e situação de pobreza, há um destaque bastante grande para a necessidade de apoio por parte dos governantes através de criação de políticas específicas ao fomento do empreendedorismo. Flory, Andreassi e Teixeira (2013) destacam a importância da definição de políticas públicas em relação ao empreendedorismo para a população de baixa renda, pois “um grupo social que não está preparado para apresentar demandas, resistir à perda dos direitos ou construir meios próprios para a sobrevivência da comunidade, por mais que tenha renda, continua vivendo algum tipo de situação de dependência” (FLORY; ANDREASSI; TEIXEIRA, 2013, p. 25-26). Após analisar programas de apoio ao empreendedorismo para classes sociais de baixa renda em dois municípios do estado de São Paulo foram constatadas algumas lacunas no suporte público destes grupos, das quais podemos destacar duas:

- a) os programas de apoio, por serem projetos embrionários ainda em desenvolvimento, carecem de ajuda financeira nas etapas finais de criação de um ambiente empreendedor, e;
- b) as iniciativas permanecem focadas na inclusão financeira de forma isolada, deixando de considerar as outras necessidades relativas à emancipação e autonomia.

Ainda é sugerido pelos autores o enfoque e ênfase para a educação empreendedora desde o ensino fundamental em todas as políticas públicas, com o objetivo de aumentar a quantidade e qualidade das iniciativas empreendedoras, movendo a região para o empreendedorismo de inovação e oportunidade.

De forma análoga, Santos (2003) aborda o papel de políticas públicas direcionadas ao fomento do empreendedorismo, ressaltando a necessidade do pleno entendimento de que, uma grande parte dos indivíduos que empreendem não o faz por opção alicerçada em vocação ou um perfil psicológico propenso a tal atividade e sim, pela falta de alternativa melhor de trabalho e geração de renda para si e sua família. Esta compreensão torna possível uma política eficaz. Questiona ainda, se de fato o Brasil é um país de empreendedores: “há de se avaliar a possibilidade deste fenômeno socioeconômico denominado empreendedorismo significar, principalmente, uma possível cilada intelectual onde temos a ilusão de autenticidade de fenômeno, na medida em que tratamos todos os empreendedores da mesma forma e

desconsideramos a realidade” (SANTOS, 2003, p. 260), ponderando a necessidade de superação da crença de que o empreendedorismo é uma resposta ao desemprego, sendo direcionado apenas para uma educação empreendedora cujo objetivo é a criação de novos negócios ou obtenção de comportamentos específicos. As experiências de desenvolvimento local bem sucedidas estimularam o empreendedorismo coletivo conjugados aos esforços de empreendedorismo individual.

### **2.4.3 Empreendedorismo e capital humano**

Menezes (2015), em seu estudo cujo intuito é o levantamento dos determinantes do empreendedorismo no Brasil, chega a algumas conclusões interessantes, demonstrando que existe influência de variáveis socioeconômicas, demográficas, assim como das próprias características individuais, na atividade empreendedora. Especificamente sobre a importância da análise do capital humano (medido pelos anos de estudo) o resultado apresentado aponta na mesma direção das evidências internacionais, esclarecendo que pessoas com pouco nível de estudo, assim como pessoas com alto nível de estudo, tem propensão a abrirem seus próprios negócios, sendo possível fazer o vínculo deste resultado com os tipos de empreendedorismo, onde pessoas com pouco grau de instrução seriam empreendedores por necessidade enquanto as pessoas cujo nível de instrução é mais elevado seriam empreendedoras por oportunidade. O mesmo trabalho ainda exhibe alguns fatores que poderiam proporcionar melhores condições para o empreendedorismo no Brasil, destacando a importância de educação empreendedora no ensino fundamental e médio, assim como menor burocracia e impostos. “Lembrando que melhores condições ao empreendedorismo tendem a contribuir para o crescimento econômico e redução do desemprego, visto que os empreendedores não criam empregos só para si mesmo, mas também para os outros” (MENEZES, 2015, p 41).

Fontenele, Moura e Leocadio (2011) relacionam a influência do capital humano e do empreendedorismo no desenvolvimento econômico no contexto dos municípios do estado do Ceará. Neste caso, os resultados vão de encontro aos anteriores, apontando que a capacidade empreendedora neste Estado consiste mais em uma alternativa de trabalho do que em uma contribuição para o desenvolvimento econômico e, apesar da consciência da limitação na medida do empreendedorismo, seu estudo apontou na mesma direção que outros já realizados concluindo que o impacto do empreendedorismo sobre as taxas de crescimento econômico é

negativo. Já sobre a respeito do capital humano, foi verificado que ele contribui positivamente para o crescimento e o desenvolvimento econômico dos municípios em questão. Ainda é levantada a importância da criação de mecanismos que possibilitem a criação de capital humano (diretamente ligadas a investimento em educação) com o objetivo de gerar efeitos qualitativos na economia possibilitando melhores negócios e, dessa forma, resultando em um círculo virtuoso na economia contribuindo assim para uma melhor distribuição de renda.

#### **2.4.4 Empreendedorismo e crescimento econômico**

Paula, Uhr e Uhr (2017) investigam a influência do empreendedorismo no crescimento econômico. Neste estudo os resultados apontam que o impacto do empreendedorismo no crescimento econômico está relacionado com o estágio do desenvolvimento do país. De forma resumida, aumentando o empreendedorismo por oportunidade em um ponto percentual a renda se eleva em 0,21%. Já no caso do aumento de um ponto percentual no empreendedorismo por necessidade o reflexo é de uma redução de 0,49% na renda. Em países na primeira fase desenvolvimento as taxas de empreendedorismo são altas por causa do empreendedorismo por necessidade e do auto emprego. Em um segundo estágio de desenvolvimento, onde o setor industrial está se desenvolvendo, e conseqüentemente gerando vagas de emprego, os índices de empreendedorismo por necessidade caem. Assim, nas primeiras fases de desenvolvimento é plausível a influência negativa do empreendedorismo no PIB. Já em um terceiro estágio de desenvolvimento, onde as economias estão maduras, é esperado um impacto positivo do empreendedorismo no PIB, pois este é o cenário para o crescimento de um empreendedorismo inovador, efeito da percepção de oportunidade e investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

De forma complementar, Almeida, Valadares, Sedyama (2017) buscam entender a relação do empreendedorismo com o crescimento econômico nos estados brasileiros. Neste estudo o indicador do empreendedorismo é dado pelos trabalhadores por conta própria e o resultado foi um grande potencial de contribuição para o crescimento econômico. O estudo aponta ainda que não há muita diferença deste efeito nos diferentes estados, entretanto, os autores ressaltam que o empreendedorismo por si só, seja ele por necessidade ou oportunidade, não é um fator de crescimento econômico, mas é um dos principais fatores complementares responsáveis pelo aumento da renda nos estados brasileiros. Por fim, os autores entendem que políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo (sejam de cunho financeiro, gerencial ou

de regularização legal) podem ser valiosas na contribuição para o crescimento econômico indicando ainda que, tendo em vista o caráter homogêneo da contribuição do empreendedorismo para o crescimento econômico nos estados, estas políticas devem abranger Brasil como um todo.

#### **2.4.5 Empreendedorismo e desenvolvimento econômico**

Rocha (2014) aborda a importância do empreendedorismo, por necessidade ou oportunidade, para o crescimento e o desenvolvimento econômico. Neste estudo são utilizados como indicadores o índice de desenvolvimento humano (IDH) e a razão entre empreendedorismo por oportunidade e empreendedorismo por necessidade (RON). Os resultados apontam que 24,2% da variação do IDH podem ser explicados pelas variações da razão RON e que o aumento de uma unidade na RON aumenta o IDH em 0,015. O autor conclui que o empreendedorismo por oportunidade atua de forma positiva no desenvolvimento econômico dos países. A respeito de empreendedorismo por necessidade, o autor ressalva que apesar de vários estudos não apontarem uma reação significativa ou apontarem até mesmo uma relação negativa com o crescimento econômico, ele tem seu papel como fonte de emprego. “O ciclo econômico de cada país pode passar, em diversas ocasiões, por períodos de baixa oferta de empregos. Em tais períodos, o papel social do empreendedorismo pode surgir como alternativa de se evitar um mal maior para a população e a economia de uma forma geral” (ROCHA, 2014, p. 41).

Gezer e Cardoso (2015) buscam a relação entre a atividade empreendedora e o desenvolvimento econômico e social no mundo. Para isso os indicadores escolhidos foram a renda per capita, o Índice de Competitividade Global (CGI) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Aqui a relação se mostrou negativa, sendo aderente a hipóteses levantada pelos autores, demonstrando que altas taxas de empreendedorismo não necessariamente se refletem em altas taxas de desenvolvimento social e econômico. Os resultados apontam que um incremento de um ponto percentual gera uma redução de 1,054 na renda. Já quando a análise é feita utilizando o empreendedorismo por oportunidade a relação passa a ser positiva, concluindo que é necessário criar estruturas que possibilitem e incentivem o empreendedorismo por oportunidade, pois este tem o potencial para promover crescimento econômico, social e competitividade.

#### **2.4.6 Empreendedorismo e desenvolvimento econômico local**

Menezes (2016) avalia os reflexos do empreendedorismo social na Comunidade de Nova Alcântara no estado do Maranhão, através do Programa Nova Alcântara (PNA). De acordo com a pesquisa a existência do programa na região foi classificada como muitíssimo importante por 33% dos entrevistados e como muito importante por 59%. Já os motivos da importância do programa foram 57% por mudar a maneira de ver o mundo e 43% por possibilitar uma melhor educação. O resultado foi avaliado no tripé longevidade, educação e renda. O primeiro item não pode ser considerado um diferencial, mas nos outros dois sim, pois possibilitaram à comunidade o acesso à educação e a geração de uma melhoria de renda aos participantes. Ou seja, é possível concluir que o PNA é uma iniciativa de empreendedorismo social que resultou em um diferencial de desenvolvimento econômico.

Félix e Júnior (2013) buscam a relação entre o empreendedorismo e o grau de desenvolvimento sócio econômico nos municípios do Paraná. Como medida de empreendedorismo foi utilizado o Índice de Desenvolvimento Municipal para a Micro e Pequena Empresa (IDMPE) do Sebrae e como medida de desenvolvimento local foi utilizado o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) da Firjan. O estudo apontou para uma alta correlação positiva entre empreendedorismo e desenvolvimento local, ou seja, as cidades que fomentam o empreendedorismo têm maior chance de se desenvolverem socioeconomicamente. Os autores ainda levantam a limitação do estudo quanto ao indicador IDMPE, pois o mesmo não é utilizado em todo território nacional, apesar de se tratar de um indicador inovador e robusto, uma vez que ele pretende mensurar além da atividade econômica o papel dos governantes e o da sociedade civil. Ainda no âmbito do estado do Paraná, Gomes (2015) conclui que o empreendedorismo gera um impacto positivo no crescimento econômico e um impacto negativo na taxa de pobreza. Neste caso o autor optou pela criação do seu próprio indicador de empreendedorismo baseado em outros três indicadores do SEBRAE-PR e dois do Censo 2010, e os resultados apontam que o aumento de um ponto no empreendedorismo o aumento de renda foi de R\$ 266, enquanto a redução da pobreza foi de 15%. Assim é possível dizer que o empreendedorismo influencia positivamente o desenvolvimento econômico, no contexto dos municípios do Paraná.

Barros e Pereira (2008) concluem que, no contexto dos 853 municípios de Minas Gerais, o empreendedorismo contribuiu para uma menor taxa de desemprego, mas aponta que nas

idades onde há maior taxa de empreendedorismo por necessidade também há menores taxas de crescimento econômico. “Ao contrário do empreendedor inovador que fareja uma oportunidade de negócio, o empreendedor por necessidade pouco contribui para o dinamismo da economia local. Obviamente que sua atividade, mesmo quando de baixa produtividade e renda, constitui uma ocupação alternativa ao desemprego” (BARROS; PEREIRA, 2008, p. 989).

Canever, Carraro, Kohls e Teles (2010) estudam a relação entre a taxa de empreendedorismo e desenvolvimento humano e econômico no Rio Grande do Sul. Neste caso, assim como nos anteriores, o resultado aponta uma associação positiva entre a taxa de empreendedorismo e o desenvolvimento econômico e humano. De forma complementar, conclui-se que a existência de políticas objetivando impulsionar e melhorar a qualidade do empreendedorismo tem impactos significativos no bem estar da população. Os autores ainda destacam o papel fundamental da educação local e investimentos em educação para novos empreendimentos, uma vez que entendem que a estratégia mais assertiva é melhorar os antecedentes do empreendedorismo e não simplesmente estimular mais pessoas a iniciar novos negócios.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Primeiramente foi realizada uma etapa de pesquisa bibliográfica, iniciando com conceitos de empreendedorismo, abordando posteriormente o empreendedorismo no contexto brasileiro e, em seguida, apresentando aspectos relevantes do empreendedorismo social. Após esta explanação preliminar, a revisão da literatura buscou de maneira mais extensa estudos de caso onde fossem sugeridas as relações entre o empreendedorismo e aspectos do desenvolvimento econômico. Nesta etapa o objetivo foi buscar indícios e apontamentos da relação existente entre o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico, verificar as limitações dos trabalhos já realizados e obter uma expectativa inicial do resultado a ser esperado nos testes econométricos, tendo em vista a restrição de dados coletado.

Para a realização da análise econométrica, serão utilizadas regressões lineares simples. De acordo com Downing (2000), uma reta de regressão tem a finalidade de estimar a relação entre duas grandezas, ou seja, a relação entre as variáveis independente e dependente. Também se faz necessário escolher uma metodologia para estimação dos parâmetros da reta de regressão. O método mais amplamente utilizado é o de mínimos quadrados ordinários (MQO), através do qual se busca minimizar a soma dos quadrados das distâncias verticais de cada ponto da amostra em relação à reta estimada. De forma mais direta, segundo Morettin (2003) quanto menor for o erro quadrático total melhor será a estimativa, sugerindo assim, que devesse buscar uma estimativa que torne mínima a soma destes quadrados. Também serão realizadas as análises de inferência estatística necessárias para a validação do modelo.

#### 3.1 LEVANTAMENTO DE DADOS

O indicador de empreendedorismo é particularmente problemático, pois existe a dificuldade de levantar uma base histórica confiável e de tamanho adequado. Ele é o ponto de partida para as análises econométricas, no entanto os estudos sistemáticos com o acompanhamento de indicadores consistentes ainda são muito recentes, principalmente se comparados com indicadores mais usuais como o PIB. Dessa forma é possível que o resultado das regressões não seja sólido, o que não invalida totalmente o trabalho, apenas significa que este é um assunto que ainda precisará de atenção e pesquisas quantitativas por alguns anos.

Outros indicadores que foram utilizados neste trabalho possuem falhas na coleta em alguns anos pontuais, sendo eles o coeficiente de Gini e o percentual de pobreza. Estes espaços na coleta de dados geram *outliers*, ou seja, um valor que é muito afastado dos outros valores da série podendo implicar em prejuízos para interpretação dos dados. Uma forma possível de manipular este tipo de dados, segundo Gujarati (2000), é aplicando interpolação linear, sendo assim, nos casos necessários, esta técnica será empregada com o intuito de suavizar estes pontos anormais e refinar os resultados.

O órgão escolhido para o fim de fornecer os indicadores de empreendedorismo é o GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*), pois ele pesquisa de forma séria a atividade empreendedora em vários países, apresentando dois principais diferenciais em relação a outros estudos sobre empreendedorismo. O primeiro é que o foco no indivíduo empreendedor em detrimento do empreendimento em si. Desta forma, o levantamento dos dados é feito em fontes primárias, com indivíduos, sendo assim, as conclusões sempre são relacionadas aos indivíduos empreendedores e seus respectivos empreendimentos. Já o segundo diferencial é a utilização de um conceito abrangente de empreendedorismo cujo objetivo é incluir os diferentes tipos de empreendedores, sejam eles formais ou informais, englobando desde os donos de negócios mais simples até os mais sofisticados. Também foi verificada a presença de indicadores ou definições do órgão em muitos dos estudos realizados, atestando sua importância no cenário do empreendedorismo.

Para o GEM “o empreendedorismo consiste em qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, como, por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente” (GEM, 2015, p. 8). As principais informações produzidas pelo GEM são organizadas em dois grupos: o primeiro, alcançado a partir de “pesquisa com população adulta”, referem-se às atitudes, atividades e aspirações da população com relação ao empreendedorismo; já o segundo, obtido a partir de “pesquisa com especialistas”, referem-se a avaliações sobre o ambiente para iniciar novos negócios no país.

A pesquisa com a população adulta é baseada em uma coleta domiciliar de dados, realizada anualmente com uma amostra representativa da população com idade entre 18 e 64 anos. Com os dados deste levantamento obtêm-se informações quantitativas sobre a parcela da população envolvida de alguma maneira com empreendedorismo no ano em questão. Os resultados são mostrados em forma de taxas gerais (calculada em relação ao total da amostra) e específicas (calculada em relação a subdivisões da amostra total), apontando o percentual da

população considerada empreendedora. O indicador utilizado neste trabalho é parte integrante da pesquisa com população adulta.

Posteriormente os empreendedores são classificados em iniciais (nascentes e novos) ou estabelecidos, sendo cada um deles definido como:

- a) nascentes: fase de estruturação do negócio, mas ainda não foi pago nenhum tipo de remuneração (salário, pró-labore) aos proprietários por mais de três meses;
- b) novos: donos de negócios que já geraram alguma forma de remuneração (salário ou pró-labore) por mais de três meses e menos de quarenta e dois meses, e;
- c) estabelecidos: são proprietários de negócios já consolidados, que geraram algum tipo de remuneração aos proprietários por mais de quarenta e dois meses, ou seja, três anos e meio.

Os empreendedores iniciais (ou empreendedores em estágio inicial) são a soma dos empreendedores nascentes com os novos. Com a soma dos empreendedores iniciais mais os estabelecidos obtêm-se os empreendedores totais.

Desta maneira, o relatório GEM 2015 separa os índices de empreendedorismo em TTE (taxa total de empreendedorismo), TEE (taxa de empreendedorismo estabelecido) e TEA (taxa de empreendedores iniciais). Para fins de exploração neste trabalho será empregada a taxa de empreendedores iniciais, pois a intenção é avaliar a interação do empreendedorismo com os outros indicadores e não a organização ou a durabilidade destes negócios. Tendo em vista a dificuldade exposta anteriormente, os dados levantados utilizando os relatórios dos anos 2007, 2014 e 2015 do GEM, são referentes aos anos de 2001 a 2015. Na tabela 2, abaixo, podemos visualizar a evolução deste indicador.

Tabela 2 - Evolução empreendedorismo inicial

ANO	TEA
2001	14,20
2002	13,53
2003	12,90
2004	13,55
2005	11,32
2006	11,65
2007	12,72
2008	12,00
2009	15,30
2010	17,50
2011	14,90
2012	15,40

ANO	TEA
2013	17,30
2014	17,20
2015	21,00

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de GEM (2007,2014 e 2015).

Já em relação ao crescimento econômico a fonte escolhida para a pesquisa de dados foi o Banco Mundial e será utilizado o índice *Gross Domestic Product (GDP - current US\$)*. Trata-se do produto convertido em moeda americana (dólar) possibilitando comparações e classificações em nível mundial (os dados estão em dólares americanos atuais, os valores em dólares do PIB são convertidos de moedas domésticas usando taxas de câmbio oficiais de um ano). Para fins de facilidade de leitura e entendimento será adotada a sigla traduzida deste indicador, ou seja, PIB. Dentre as divulgações do Banco Mundial, o Brasil apresenta dados sobre o produto, de forma ininterrupta, desde 1960 e o dado mais atualizado é de 2015. Na tabela 3 é apresentada a evolução do PIB brasileiro de 2001 a 2015, pois são os anos onde há, também, dados de empreendedorismo.

Tabela 3- Evolução PIB

ANO	PIB (EM MI)
2001	559,37
2002	507,96
2003	558,32
2004	669,32
2005	891,63
2006	1107,64
2007	1397,08
2008	1695,82
2009	1667,02
2010	2208,87
2011	2616,20
2012	2465,19
2013	2472,81
2014	2455,99
2015	1803,65

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do Banco Mundial.

Do Banco Mundial, também será extraído o indicador referente à pobreza, com a utilização do índice *Poverty headcount ratio at national poverty lines (% of population)*, que expõe o percentual da população que vive abaixo da linha de pobreza. Este indicador, assim como a TEA, também passou a ser divulgado em 2001 e nos anos de 2010 e 2015 não houve divulgação. Na tabela 4 pode-se ver o histórico do % de pobreza, já com as lacunas na coleta preenchidas via interpolação linear e destacados em negrito.

Tabela 4 - Evolução percentual de pobreza

ANO	% POBREZA
2001	24,70
2002	23,30
2003	24,90
2004	22,40
2005	21,00
2006	17,30
2007	16,10
2008	14,10
2009	13,30
2010	<b>11,875</b>
2011	11,10
2012	9,00
2013	8,90
2014	7,40
2015	<b>9,100</b>

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Banco Mundial.

E, por fim, sobre a distribuição de renda será utilizado coeficiente de Gini extraído do Ipeadata. Este indicador é calculado com base nas respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo Pnad/IBGE e aponta o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Seu valor varia de zero (cenário onde não há desigualdade) até um (cenário onde toda a renda da sociedade pertence a um indivíduo enquanto o restante tem renda nula). Este índice é divulgado desde 1976 e apresenta algumas falhas no seu histórico nos anos de 1980, 1991, 1994, 2000, 2010 e 2015. Na tabela 5 são apresentados os coeficientes de Gini de 2001 a 2015, novamente com os dados manipulados via interpolação linear destacados em negrito.

Tabela 5 - Evolução coeficiente de Gini

ANO	GINI
2001	0,596
2002	0,589
2003	0,583
2004	0,572
2005	0,570
2006	0,563
2007	0,556
2008	0,546
2009	0,543
2010	<b>0,5375</b>
2011	0,531
2012	0,530
2013	0,527
2014	0,518
2015	<b>0,5265</b>

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Ipeadata.

Pode-se reafirmar baseado nas tabelas apresentadas acima, a dificuldade de proceder uma regressão confiável, tendo em vista o histórico muito limitado da maioria dos indicadores. Para o preenchimento das falhas na coleta de dados e assim eliminar os *outliers*, foi feita a interpolação linear, conforme esclarecido anteriormente que, neste caso, foi realizada a média simples dos quatro valores mais próximos do entorno do ano sem coleta.

### 3.2 MODELO ECONOMETRICO

Assim, fazendo as regressões a partir dos dados coletados nas fontes citadas acima, teremos uma equação genérica no seguinte apresentado a seguir:

$$Y_i = \beta_1 + \beta_i X_i + u_i \quad (1)$$

Onde:

- a)  $\beta_1$  é o intercepto do eixo y;
- b)  $\beta_i$  é o coeficiente angular da i-ésima variável;
- c) i é o número de variáveis independentes e;
- d) u é o erro associado a esta regressão.

De acordo com Gujarati (2000), u é tecnicamente conhecido como erro estocástico, sendo uma variável não observável que pode ser tanto negativa quanto positiva. Cabe salientar a importância da leitura que deve ser feita do valor do coeficiente angular. Na prática ele determina a influência da variável associada a ele na variável dependente do modelo proposto, ou seja, quanto uma mudança na variável  $X_i$  é percebida pela variável  $Y_i$ .

Na avaliação da atividade empreendedora apresentada por Nogami, Medeiros e Faia (2014) é destacado que as regiões que tem menor representatividade no PIB nacional também possuem taxa empreendedora maior, o que nos leva a pensar que o empreendedorismo influencia o produto e não o contrário. No entanto, esta hipótese será avaliada com mais profundidade com um levantamento mais extenso de estudos realizados, e não apenas para o PIB, mas para as variáveis sociais propostas neste trabalho.

Tendo em vista as dificuldades já citadas em relação à disponibilidade de informações consistentes cujo histórico seja sólido e as coletadas sejam sistemáticas e, principalmente, ao

fato da coleta dos dados sobre empreendedorismo ter sido iniciada a partir do ano de 2001, foi gerado um problema de uma amostra muito pequena, dificultando a análise dos indicadores de forma agregada e resultando em alguns pontos de atenção complementares, como o valor relativamente pequeno dos graus de liberdade do modelo proposto. De acordo com Gujarati (2000), os graus de liberdade representam o número total de observações da amostra subtraído do número de restrições independentes impostas a ele. As formas de minimizar este problema são ou aumentar a amostra, que no caso não é possível, ou minimizar os parâmetros propostos. Assim, optou-se por realizar apenas análises simples entre os indicadores não comprometendo em demasia as regressões em função de uma redução significativa nos graus de liberdade.

Sendo assim, foram realizadas algumas regressões simples que serão didaticamente trabalhadas de formas distintas, permitindo um leque maior de análises. A primeira etapa consiste na análise da relação dos indicadores PIB e GINI, pois estes dois indicadores possuem a maior série histórica e, conseqüentemente, poderão apresentar o resultado mais consistente da regressão. Esta etapa primária tem duas finalidades bem definidas, inicialmente apontará a relação entre os dois indicadores mais amplamente utilizados e, de forma secundária, terá o papel de validador do modelo. Para fins de atender ao objetivo de validador, será realizada a regressão mediante transformação dos indicadores em logaritmo, pois esta técnica será adotada nas regressões posteriores, como será explicado a seguir. Dessa forma, será possível ter uma análise mais profunda e ainda manter o padrão para uma análise do todo.

Já para o desenvolvimento da etapa complementar, serão realizadas as regressões buscando a relação do empreendedorismo diretamente nos outros indicadores propostos. Nesta fase, onde o tamanho da amostra é bem limitado, foi preferido transformar as variáveis em logaritmos naturais. Esta manipulação dos dados possibilita a análise através de elasticidades, tornando o resultado mais familiar ao entendimento.

A ferramenta adotada para a realização dos cálculos das regressões apresentados acima será o programa EViews, no entanto, como a finalidade deste trabalho é apenas a análise das relações entre os indicadores serão apresentados diretamente os resultados obtidos através do programa.

### 3.3 AVALIAÇÃO DAS REGRESSÕES

Após fazer as regressões é imprescindível fazer uma análise crítica do resultado a fim de descobrir se a equação de reta estimada realmente exprime a realidade dos fatos observados.

Um dos resultados que precisa ser avaliado é do coeficiente de determinação ( $R^2$ ). De acordo com Anderson, Sweeney, Willians (2007) o coeficiente de determinação nos dá a medida da eficiência de ajuste da equação da regressão estimada, esclarecendo a quão satisfatória é o ajustamento da equação estimada com os dados reais. Ou seja, até que ponto a variável dependente é explicada por alterações na variável independente. O valor do  $R^2$  varia entre zero e um, significando, respectivamente, ausência de ajustamento e ajustamento perfeito. Mais especificamente, de acordo com Stevenson e Farias (2001) quando a variação não explicada constitui uma grande porcentagem da variação total  $R^2$  será pequeno, ou seja, próximo de zero.

Os outros dois testes que se fazem necessários são os testes de hipótese t e F. Uma hipótese, em estatística, é uma afirmação sobre um parâmetro de uma população, podendo referir-se, também, ao tipo ou natureza da população (FREUND, 1997). Nos testes de hipótese temos uma hipótese nula e uma hipótese alternativa, e nos casos dos testes t e F, a hipótese nula consiste nos coeficientes dos parâmetros serem iguais a zero. Ou seja, em ambos os casos desejamos rejeitar a hipótese nula. O teste t tem o objetivo de verificar a significância individual dos parâmetros e, segundo Pindyck, Rubinfeld, Kume e Kai (2004) este teste se baseia na distribuição de probabilidade t, sendo esta importante, pois, para fazer os testes estatísticos será necessário utilizar uma estimativa da variância amostral dos erros ao invés do verdadeiro valor desta variância. Já o teste F mede o grau de significância de todos os parâmetros juntos, ou seja, a significância global do modelo. Este teste, segundo Hill, Griffiths e Judge (2010), é baseado em uma comparação da soma dos quadrados dos erros do modelo de regressão múltipla não restrita original com a soma dos quadrados dos erros de um modelo de regressão em que se supõe verdadeira a hipótese nula. Nos dois casos, a interpretação prática das probabilidades geradas pelo modelo é que quanto menor a estatística, ou seja, a probabilidade, mais significativos são os parâmetros da regressão.

De forma complementar será realizado o teste de raiz unitária nas séries individualmente (Dickey-Fuller aumentado) e, caso se mostre necessário, o mesmo teste será realizado no resíduo das regressões (Engle-Granger aumentado), com o intuito de examinar a

estacionariedade e a cointegração. Segundo Gujarati (2000) se uma série temporal é não estacionária podemos estudar o seu comportamento apenas pelo período de tempo em questão e, como consequência, não é possível generalizá-lo para outros períodos, tendo pouco valor prático para fins de previsão. O teste Dickey-Fuller é um teste de hipóteses onde a hipótese nula ( $H_0$ ) aponta a existência de raiz unitária ou que a série temporal não é estacionária, enquanto a hipótese alternativa ( $H_1$ ) aponta que a série temporal é estacionária, possivelmente em torno de uma tendência determinística. No caso do teste aumentado entende-se que o erro é correlacionado. De forma similar, o teste Engle-Granger consiste na aplicação do teste de raiz unitária nos resíduos buscando entender se há cointegração, neste caso a hipótese nula ( $H_0$ ) indica que as séries temporais não cointegram e a hipótese alternativa ( $H_1$ ) indica que há cointegração nas séries temporais. “Economicamente falando duas variáveis são cointegradas se tiverem uma relação de longo prazo ou de equilíbrio entre elas” (GUJARATI, 2000, p.756).

Em suma, estes são os testes básicos a serem realizados para avaliar os parâmetros da regressão, a estacionariedade e a cointegração. Esta análise crítica deve ser realizada antes de proceder com conclusões ou previsões baseadas no modelo, evitando erros de interpretação.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De maneira empírica o empreendedorismo vem sendo apresentado como um caminho a ser seguido em busca da geração de renda, inclusão social, crescimento econômico e social. No entanto, a revisão de estudos onde o tema é abordado não aponta nesta direção de forma taxativa e imperativa, cabendo cautela para que a conclusão não seja equivocada.

O estudo do empreendedorismo e do empreendedor de forma ampla, com definições de conceitos e busca por características importantes para a obtenção do sucesso tem seu valor do ponto de vista histórico e comportamental, apresentando a própria evolução do empreendedorismo como área de estudo e interesse, no entanto, estas abordagens acabam por não serem suficientes quando se busca resultados práticos do reflexo de novos negócios em uma comunidade ou país. Parece imprescindível o refinamento da maneira como o empreendedorismo é abordado, quando se trata de um estudo de caso. Com base na literatura há diferenças significativas nos resultados quando se trata de empreendedorismo por oportunidade ou por necessidade, por exemplo. Enquanto o primeiro se destaca como inovador e gerador de desenvolvimento econômico o segundo tem o papel plano B para desafortunados sem outra opção a não ser criar um negócio próprio como alternativa para garantir o sustento de si e da sua família, na ausência de oportunidade no mercado de trabalho.

Ainda fica difícil concluir de maneira inquestionável o papel do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico, uma vez que os estudos não apresentam padronização e tão pouco apresentam resultados análogos. O problema inicia no momento em que o próprio indicador da taxa de empreendedorismo não é unânime e absoluto. Enquanto na maioria dos estudos globais os autores também optaram pelos dados do GEM, no contexto dos estudos locais estes indicadores não se mostravam aderentes à necessidade, fazendo-se mandatória a utilização de indicadores específicos para cada caso e região. Quanto aos indicadores de desenvolvimento econômico também cabem críticas, pois muitas vezes estes acabam sendo tendenciosos. De forma análoga ao que ocorre com o empreendedorismo, o índice de desenvolvimento humano (IDH), que talvez seja o indicador mais conhecido não é uma unanimidade entre os estudos, principalmente nos estudos locais, sendo necessária a busca de fontes também locais.

Apesar das considerações acima é possível perceber uma tendência quanto a alguns dos resultados. Quando se trata de crescimento econômico o empreendedorismo parece apresentar

um reflexo positivo, uma vez que ele é uma opção de renda para pessoas sem outras oportunidades. Já quando se trata de desenvolvimento econômico, analisado em um contexto amplo, os resultados apontam que apenas o empreendedorismo por oportunidade apresenta influência positiva, enquanto o empreendedorismo por necessidade chega a apresentar uma influência negativa. Outra conclusão que se pode tirar, é que o reflexo do empreendedorismo também depende da maturidade da economia em questão. Enquanto economias mais desenvolvidas são palco para o empreendedorismo por oportunidade as economias menos desenvolvidas e emergentes não conseguem dar as mesmas condições de amparo e suporte, sendo mais propícias ao empreendedorismo por necessidade. Neste sentido é raso dizer que um alto índice de empreendedorismo gera um bem-estar social mais elevado. Já quando se trata de empreendedorismo local ou mesmo empreendedorismo social o efeito parece ser um pouco diferente uma vez que os resultados tendem a concluir que o empreendedorismo gera melhoria no desenvolvimento econômico.

Por outro lado, existem aspectos bastante citados na literatura, explicitando a sua relevância para o tema: a importância da educação e a necessidade de políticas públicas. Acerca da educação, se mostra imprescindível possuir conhecimento para que um negócio não morra ainda no seu início e venha a se tornar próspero. Então o empreendedor precisa buscar informação, fazer um plano de negócio, conhecer o seu produto ou serviço, ter consciência dos riscos e assim por diante. Atualmente existem várias organizações que se propõe a auxiliar a estruturação mais consciente de pequenos negócios, como é o caso do SEBRAE, e o acesso à informação é muito ampla, possibilitando a busca de apoio de maneira relativamente simples e rápida. Através da profissionalização seria possível a criação de negócios mais sólidos, aumentando a taxa de sobrevivência das empresas e, conseqüentemente, gerando renda de forma consistente para seus idealizadores. Já as políticas públicas foram ponto de convergência de quase todos os autores, que destacaram a necessidade da criação de políticas cujos objetivos principais deveriam ser o estímulo ao empreendedorismo, a desburocratização do sistema e a facilitação do acesso ao crédito. Atentando as diferenças entre as regiões e suas carências específicas, boas políticas tornariam mais acessível a criação de negócios próprios possibilitando perceber reflexos no crescimento econômico.

#### 4.1 TESTES ECONOMETRÍCOS

A seguir serão apresentados os resultados de todas as regressões assim como uma análise crítica da mesma. Cabe ressaltar que os resultados do teste F, em sua maioria, foram ocultados tendo em vista que todas as regressões processadas são regressões simples, então a significância conjunta de todos os parâmetros, medida pelo teste F, será a mesma significância dos parâmetros individualmente, medidos pelo teste t.

Primeiramente foi realizada uma regressão simples, com os indicadores cuja série histórica era mais extensa, com a intenção de avaliar a influência do indicador econômico em um dos indicadores sociais que serão utilizados mais adiante, o coeficiente de Gini.

Esta interação apresentou em um coeficiente de determinação  $R^2$  de 0,784, ou seja, a regressão explica 78,4% da variação do coeficiente de Gini. Já os testes de hipóteses t e F resultaram em um p-valor igual a zero, o que significa que o parâmetro estimado foi estatisticamente diferente de zero a um nível de significância de 1%. Então, os parâmetros estimados podem ser considerados individualmente significativos, assim como, o modelo de maneira global está bem ajustado aos dados. Abaixo, na equação 2, são apresentados os resultados desta regressão e na sequência, na tabela 6, são apresentadas as estatísticas relevantes:

$$GINI = -3,58E^{-14} PIB + 0,6132 \quad (2)$$

Tabela 6 - Estatísticas relevantes – Regressão PIB e GINI

ESTATÍSTICA t		R <sup>2</sup>
PIB	CONSTANTE	
-11,745	180,064	0,784

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da equação acima é possível constatar que há uma influência ínfima do PIB no Coeficiente de Gini, apesar dos coeficientes estimados serem estatisticamente diferentes de zero. O coeficiente é negativo e muito baixo (- 0,00000000000000358), ou seja, quanto maior o produto menor será o coeficiente de Gini. Entretanto, como o valor é muito baixo, na prática, o aumento do PIB, por si só, não gera uma melhor distribuição de renda.

Após esta análise inicial, será apresentada a relação do produto interno bruto com o coeficiente de Gini mediante transformação em logaritmos naturais. Isto será feito para manter a unidade do trabalho, assim como tornar as comparações posteriores mais lógicas. Abaixo é apresentada a equação e as estatísticas relevantes para este caso.

$$\text{LnGINI} = -0,0506\text{LnPIB} + 0,8309 \quad (3)$$

Tabela 7- Estatísticas relevantes – LnPIB e LnGINI

ESTATÍSTICA t		R <sup>2</sup>
LnPIB	CONSTANTE	
-8,555	5,180	0,658

Fonte: Elaborado pela autora.

Como se pode perceber, o R<sup>2</sup> obteve um valor um pouco menor do que o caso anterior, ficando em quase 0,66, então, esta regressão tem um poder explicativo um pouco menor que a anterior. De acordo com o teste t, os parâmetros do modelo são significativos estatisticamente. Por fim, a interpretação converge para o resultado anteriormente exposto: uma variação 1% no PIB reflete em uma variação (negativa) de 0,05% no coeficiente de Gini. Ou seja, existe pouquíssima interação entre estes dois indicadores. Ainda que o aumento do produto faça com que a distribuição de renda melhore, isso acontece a uma taxa insignificante. Dessa forma, o crescimento econômico não reflete de forma direta em uma renda uniformemente distribuída, sendo então impositiva a adoção de outras medidas para a obtenção de reais efeitos na redução de desigualdades.

Na segunda etapa são apresentadas três regressões, nas quais os indicadores PIB, coeficiente de Gini e percentual de pobreza serão analisados individualmente com o empreendedorismo inicial, e os resultados serão apresentados nesta ordem. Conforme exposto anteriormente, para o desenvolvimento destas regressões as variáveis não foram utilizadas no seu formato original, então os indicadores serão apresentados com a letra “Ln” na frente, indicando a utilização do logaritmo natural.

Inicialmente foi realizado o teste Dickey-Fuller aumentado para os quatro indicadores que serão relacionados posteriormente tanto em nível quanto em primeira diferença. O resultado em todos os casos foi aceitação da hipótese nula, ou seja, a existência de raiz unitária a 1% de significância em todas as séries em nível, e a rejeição de Ho a 5% na primeira diferença das

séries LnGini e LnPOB . Tendo em vista este resultado não conclusivo haverá a necessidade da aplicação do teste no resíduo das regressões, mas para estes casos os resultados serão apresentados juntamente com a análise da regressão. Abaixo, na Tabela 8, é possível ver as estatísticas relacionadas com este teste de Dickey-Fuller aumentado nos indicadores.

Tabela 8 - Teste Dickey-Fuller aumentado

INDICADOR	NÍVEL TESTE	DEFASAGENS	ESTATÍSTICA t	SIGNIFICÂNCIA		TESTE DE HIPÓTESE
				1%	5%	
LnTEA	Nível	0	-2,0369	-4,8	-3,7911	Aceita H0
	1 diferença	3	-3,3913	-5,2953	-4,0081	Aceita H0
LnPIB	Nível	2	1,2555	-4,9922	-3,8753	Aceita H0
	1 diferença	0	-2,3934	-4,8864	-3,8289	Aceita H0
LnGINI	Nível	2	0,942	-4,9922	-3,8753	Aceita H0
	1 diferença	1	-4,0708	-4,9922	-3,8753	Aceita H0
LnPOB	Nível	2	-2,8177	-4,9922	-3,8753	Aceita H0
	1 diferença	0	-4,1397	-4,8864	-3,8289	Aceita H0

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à interação produto e empreendedorismo os resultados foram bem pouco satisfatórios. O coeficiente de determinação  $R^2$  foi de apenas 0,2985, bem abaixo do que seria considerado razoável, apontando que uma variação no empreendedorismo inicial é responsável por uma variação de menos de 30% no produto. Esse resultado, possivelmente, deve-se à omissão de variáveis que possam explicar o comportamento do PIB. Entretanto, como mencionado anteriormente, quando se tem uma amostra pequena a inclusão de regressores adicionais implica em perda de graus de liberdade, tornando os coeficientes estimados não significativos. De forma análoga, as probabilidades dos testes t e F foram de 0,0351 para ambos os testes. Ou seja, para um nível de significância de 1% os parâmetros estimados seriam nulos, tornando a regressão sem significância.

Para os parâmetros estimados serem considerados estatisticamente diferentes de zero, seria necessário aumentar o percentual do nível de significância. Trabalhando com uma significância de 5% ao invés de 1% seria possível a rejeição da hipótese nula. Já o teste de Engle-Granger para os resíduos da regressão obteve como resposta uma estatística t igual a -0,377 (valores críticos de -4,800 e -3,791 a 1% e 5% de significância, respectivamente), então ficou constatado que não há cointegração, ou seja, não há equilíbrio de longo prazo.

A seguir é apresentada a equação desta regressão:

$$\ln PIB = 1,9011 \ln TEA + 22,8267 \quad (4)$$

Tabela 9- Estatísticas relevantes – LnTEA e LnPIB

ESTATÍSTICA t		R <sup>2</sup>
LTEA	CONSTANTE	
2,351	10,542	0,298

Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando a equação é possível verificar que existe uma relação positiva entre a TEA e o PIB. Assim, a cada ponto percentual que se aumenta o indicador de empreendedorismo é gerado um aumento de mais 1,9% no produto interno bruto. Este resultado parece bastante coerente, uma vez que os empreendedores iniciais muitas vezes buscam formas de sobreviver movimentando a economia através do fator consumo. Porém, como muitos dos negócios são iniciados com o objetivo de suprir uma necessidade imediata acabam por ter o foco em serviços direto ao público e, dessa forma, estes empreendimentos acabam por refletir muito pouco no crescimento econômico.

Em relação à interação do indicador de distribuição de renda e o de empreendedorismo os resultados são mais promissores. O valor encontrado para o R<sup>2</sup> foi de 0,4271 enquanto o teste t obteve o valor -3,113, a uma significância de 1%. Abaixo é apresentada a equação desta regressão:

$$\ln GINI = -0,1691 \ln TEA - 0,1422 \quad (5)$$

Tabela 10 - Estatísticas relevantes – LnTEA e LnGINI

ESTATÍSTICA t		R <sup>2</sup>
LTEA	CONSTANTE	
-3,113	-0,977	0,427

Fonte: Elaborado pela autora.

Como apresentado acima existe uma relação inversa entre a TEA e o coeficiente de Gini. Então, a cada ponto percentual de aumento no empreendedorismo inicial, existe uma redução de 0,1691% na distribuição de renda. Uma vez que o coeficiente de Gini exprime uma melhor distribuição de renda quanto menor for torna este resultado, apesar de tímido, plausível como representação da realidade, tendo em vista que os empreendimentos criados por necessidade

podem ter o papel de criar renda para quem está fora do mercado de trabalho, possibilitando assim uma melhor distribuição de renda. Neste caso, assim como no anterior, o teste de Engle-Granger apontou que não há cointegração e o resultado do teste t foi igual a -1,518 (valores críticos de -4,800 e -3,791 a 1% e 5% de significância, respectivamente).

Já a interação entre o percentual de pobreza e o empreendedorismo obtiveram melhores resultados, se comparado às regressões anteriores, onde a regressão apresentou uma capacidade explicativa de 51,2%. De forma análoga às outras regressões o modelo foi significativo a um nível de significância de 1%. Quanto ao teste de cointegração o valor da estatística t foi de -1,8768, então o resultado se mostrou idêntico aos casos anteriores, onde há a aceitação da hipótese nula conseqüentemente não havendo cointegração (valores críticos de -4,800 e -3,791 a 1% e 5% de significância, respectivamente).

Abaixo, é apresentada a equação desta regressão e a tabela com suas estatísticas.

$$\text{LnPOB} = -1,7081\text{LnTEA} + 7,2369 \quad (6)$$

Tabela 11- Estatísticas relevantes – LnTEA e LnPOB

ESTATÍSTICA t		R <sup>2</sup>
LTEA	CONSTANTE	
-3,696	5,847	0,512

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base na análise da equação acima, pode-se perceber a existência de uma relação inversa entre o indicador de empreendedorismo inicial e o percentual de pobreza. De forma análoga ao coeficiente de Gini, este indicador também é do tipo menor é melhor, pois indica o percentual da população que vive abaixo da linha de pobreza. Analisando o resultado é possível concluir que o aumento de um ponto percentual na atividade empreendedora reduz em 1,7081% o indicador percentual de pobreza. Este resultado é convergente ao anterior, pois uma parcela significativa dos novos empreendimentos emergem de necessidades latentes da população não inserida no mercado de trabalho formal e, sendo estes novos negócios em sua maioria pequenos e baseados no consumo, muitas vezes não chegam a gerar empregos, mas possibilitam renda para aquela família. Assim, ao se lançar no empreendedorismo esta família consegue sair da pobreza, no entanto isto não reflete em uma melhora da distribuição de renda do país como um todo tão pouco em um aumento significativo no produto interno bruto.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisando a bibliografia foi possível perceber que a área do empreendedorismo foi bastante intensa em trabalhos no que tange a definição do termo assim como a definição de quem é o empreendedor e suas características, no entanto ela se mostrou uma área que ainda pode ser aprofundada, uma vez que os estudos com um enfoque mais quantitativo apontam resultados diferentes dependendo da abordagem. Distinções e classificações que pareciam ser apenas de ordem teórica ganham destaque e importância quando analisados os resultados dos estudos relacionados. A própria contabilização da taxa de empreendedorismo parece frágil, pois não há uma entidade que forneça este dado de forma confiável e comparável, desde as esferas municipais até as nacionais. De forma análoga os indicadores do desenvolvimento econômico também foram variados, tornando a comparação passível de críticas. Entende-se como necessária a segregação da motivação tendo em vista que o empreendedorismo por necessidade ou por oportunidade podem apresentar reflexos opostos em alguns indicadores, principalmente de cunho social, dependendo ainda de outros fatores como a maturidade da economia em questão. “Ao contrário do que normalmente se imagina, tanto o PIB *per capita* quanto o IDH têm relação negativa com o desenvolvimento dos países. Pode-se entender como isso ocorre quando se analisam as motivações dos empreendedores por necessidade *versus* dos empreendedores por oportunidade, principalmente em relação à TEA, que considera a empresa em estágio inicial” (MOTA *et al.*, 2017, p. 166). Porém, quando se trata de estudos locais, aparentemente o empreendedorismo tem uma relação positiva com o desenvolvimento econômico, mas o universo de comparação deste trabalho é muito limitado para possibilitar uma conclusão final.

Por outro lado, dois fatores foram apontados pela grande maioria dos autores como pontos chave para o sucesso da atividade empreendedora: educação empreendedora e políticas públicas. Enquanto o primeiro tem o objetivo de ampliação do capital humano, permitindo ao empresário o embasamento necessário para gerenciar bem seus negócios e garantir a sobrevivência da sua empresa, o segundo tem o papel de criar um cenário propício a criação de novos negócios, facilitando a legalização de pequenos empreendimentos e permitindo acesso ao crédito.

Conforme foi explicitado no decorrer deste trabalho, ainda é bastante incipiente a coleta bem estruturada e reconhecida de dados no que diz respeito ao empreendedorismo. A busca de

indicadores baseado em pesquisa formal e mundial, possibilitando comparações e acompanhamentos de reflexos de novas iniciativas, com critérios bem estabelecidos foi iniciada apenas por volta do ano 2000 pelo GEM, o que gera um histórico pouco extenso de dados. E ainda, caso o objetivo seja uma comparação em um nível local, este indicador não será compatível com a necessidade. De forma idêntica, indicadores com viés social, muitas vezes também não possuem o histórico ideal, uma vez que habitualmente existe mais preocupação e interesse pelo crescimento econômico do que pelo desenvolvimento econômico. As duas regressões iniciais validam o modelo tanto de regressão quanto de análise de resultados apesar das conclusões baseadas nelas sejam pouco construtivas. Já as regressões cujos objetivos eram apresentar a interação do empreendedorismo com os indicadores de desenvolvimento econômico, geraram resultados esperançosos, apesar da base frágil que se apoiam, convergindo na mesma direção que alguns estudos de casos relacionados apontam. Do ponto de vista estatístico, embora as regressões tenham apresentando significância estatística, elas podem ser questionáveis, tendo em vista que em todas as regressões não houve cointegração. Provavelmente, isso deve-se a amostra bastante limitada que serviu de apoio para as evidências econométricas.

O levantamento de estudos relacionando o empreendedorismo e o empreendedorismo social com o aumento de renda familiar, superação de situações de pobreza e desigualdade aponta na direção de uma melhoria nas condições das pessoas com a introdução da iniciativa empreendedora nas suas vidas ou comunidades, mesmo que seja um empreendedorismo por necessidade advindo da mais pura falta de opção de inclusão social. Assim, continua-se com a ideia tácita de que investindo em empreendedorismo, através de educação, apoio governamental com leis e incentivos, facilitação de acesso ao crédito e desburocratização do sistema de regularização das empresas, se está investindo, de forma indireta, em desenvolvimento econômico, aumentando renda e diminuindo injustiças sociais como a pobreza ou a má distribuição de renda. Entretanto a busca desta relação de forma numérica, definitiva e explícita ainda não será possível, pelo menos não com os indicadores utilizados nesse trabalho e nem com a revisão de outros estudos realizados, uma vez que os resultados são ambíguos.

Como sugestão para próximos trabalhos fica a possibilidade de estressar ainda mais os indicadores de empreendedorisks existentes, na expectativa de encontrar novos dados que não tenham sido obtidos para a realização do presente estudo, assim como continuar este trabalho assim que houver um histórico mais amplo dos indicadores propostos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. M.; VALADARES, J. L.; SEDIYAMA, G. A. S. A contribuição do empreendedorismo para o crescimento econômico dos estados brasileiros. *Revista de empreendedorismo e gestão de pequenas empresas*, v. 06, n. 03, p. 466-494, set./dez. 2017.
- ANDERSON, D. R; SWEENEY, D. J; WILLIAMS, T. A. *Estatística aplicada à administração e economia*. 2. ed. São Paulo: Editora, 2007.
- BANCO MUNDIAL. Título. Ano. Disponível em:  
[http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?order=wbapi\\_data\\_value\\_2014+wba\\_pi\\_data\\_value+wbapi\\_data\\_value-last&sort=desc](http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?order=wbapi_data_value_2014+wba_pi_data_value+wbapi_data_value-last&sort=desc), acessado em 24/10/2015.  
<http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?locations=BR>, acessado em 15/05/2017.  
<http://data.worldbank.org/indicador/IC.TAX.DURS>. Acesso em: 21 dez. 2017.
- BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. Empreendedorismo: conceitos e definições. *Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia*, p. 25-38, 2014.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* v. 15, n. 42, fev. 2000.
- BARROS, A. A.; PEREIRA, C. M. M. A. Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. *Revista de administração contemporânea*, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 975-993, out./dez. 2008.
- BERNARDI, L. A. *Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas*. São Paulo: Atlas, 2008.
- BIGNETTI, L.P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 47, n.1, p. 3-14, jan./abr. 2011.
- CACCIAMALI, M. C.. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: PINHO, D.; VASCONCELLOS, M.A.S. *Manual de economia*. São Paulo, Saraiva, 2002. p. 406-422.
- CANEVER, M. D; CARRARO, A; KOHLS, V. K; TELES, M. Y. O. Entrepreneurship in the Rio Grande do Sul, Brazil: the determinants and consequences for the municipal development. *Revista de economia e sociologia rural*, Piracicaba, SP, v. 48, n. 01, p. 85-108, jan./mar. 2010.
- CHIAVENATO, I. *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- DOLABELA, F. *Oficina do empreendedor*. 6 ed. São Paulo: Cultura, 1999.

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 3 edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 2 reimpressão.

DOWNING, D. Estatística aplicada. São Paulo, 2000.

FÉLIX, R. D. C; JÚNIOR, M. F. F. Empreendedorismo e desenvolvimento nos municípios paranaenses – uma análise de indicadores. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 2, n. 2, p. 104-117, Jul./Dez. 2013.

FILHO, D. B. F; JUNIOR, J. A. S; PARANHOS, R; ROCHA, E. C. Empreendedorismo, desemprego e formalização do mercado de trabalho no Brasil. *Revista de Pesquisa em Políticas Públicas*. Edição n. 04 – Dez./2014.

FILLION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração*, São Paulo, v.34, n.2, p.05-28. Abr./Jun. 1999.

FLORY, H. Transformando necessidade em oportunidade: políticas públicas de apoio ao empreendedorismo para classes sociais de baixa renda, volume 1: teoria e análise. São Paulo, Arte & Ciência, 2009.

FLORY, H., ANDREASSI, T., TEIXEIRA, M. A. C. Políticas públicas de empreendedorismo para a população de baixa renda: transformando necessidades em oportunidades. *Cadernos gestão pública e cidadania*. São Paulo, v.19, n.62. Jan./Jun. 2013.

FONTENELE, R. E. S; MOURA, H. J; LEOCADIO, A. L. Capital humano, empreendedorismo e desenvolvimento: evidências empíricas nos municípios do Ceará. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 12, n. 05, p.182 – 208. São Paulo, SP, Set./Out. 2011.

FREUND, J. Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade. Porto Alegre, 1997.

GEM 2000. Título. Ano. Disponível em:

[http://www.ibqp.org.br/upload/tiny\\_mce/Download/Empreendedorismo%20no%20Brasil%202000.pdf](http://www.ibqp.org.br/upload/tiny_mce/Download/Empreendedorismo%20no%20Brasil%202000.pdf). Acesso em: 21 nov. 2015.

GEM 2007

<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM-Brasil-2007.pdf>, acessado em 21/11/2015.

GEM 2013

<http://www.SEBRAE.com.br/SEBRAE/Portal%20SEBRAE/Anexos/Relatorio%20Executivo%20GEM%202013.pdf>, acessado em 21/11/2015.

GEM 2014

[https://www.SEBRAE.com.br/SEBRAE/Portal%20SEBRAE/Estudos%20e%20Pesquisas/gem%202014\\_relato%3%B3rio%20executivo.pdf](https://www.SEBRAE.com.br/SEBRAE/Portal%20SEBRAE/Estudos%20e%20Pesquisas/gem%202014_relato%3%B3rio%20executivo.pdf), acessado em 15/05/2017.

GEM 2015

[http://www.bibliotecas.SEBRAE.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/\\$File/5904.pdf](http://www.bibliotecas.SEBRAE.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/$File/5904.pdf), acessado em 15/05/2017.

GEZER, I.; CARDOSO, S. P. Empreendedorismo e suas implicações na inovação e desenvolvimento: uma análise multivariada com indicadores socioeconômicos. *Revista globalização, competitividade e governabilidade*, v. 09, n. 02, p. 43 - 60. Mai./Ago. 2015.

GOMES, A. L. C. *Empreendedorismo, crescimento econômico e pobreza: uma análise para os municípios paranaenses*. 2015. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade xxx, Universidade federal do Paraná, Curitiba, 2015.

GUJARATI, D. N. *Econometria Básica*. São Paulo, Makron Books, 2000.

HASHIMOTO, M. Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intra-empresariado. São Paulo: Saraiva, 2006.

HILL, R.; GRIFFITHS, W. E.; JUDGE, G. G. *Econometria*. 3. ed. São Paulo: Editora, 2010.

HISRIC, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. *Empreendedorismo*. 7. ed. Cidade: Bookman, 2009.

IPEADATA

<http://www.ipeadata.gov.br/>, acessado em 22/10/2015.

LAVINAS, L.; MARTINS, P. Empreendedorismo, Microcrédito e Superação da miséria no Brasil: pontos em debate. *Revista Econômica – Niterói*, v.14, n.2, p. 85-113, dez. 2012.

MACHADO, H. V.; ESPINHA, P. G. Considerações sobre mortalidade de pequenas empresas. Causas de mortalidade de pequenas empresas: coletânea de estudos, p. 13 - 25. Maringá: Editora, 2007.

MENEZES, B. E. *O empreendedorismo social como diferencial no desenvolvimento socioeconômico da comunidade de Nova Alcantara* – MA. 2016. Monografia (Bacharelado em Administração) – Faculdade xxx, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

MENEZES, G. R. *Ensaio sobre economia do empreendedorismo*. 2015. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MORETTIN, P. A. *Estatística básica*. São Paulo, 2003.

MOTA, M. O.; SOBREIRA, M. C.; VALE, M. S.; NOGUEIRA, L. C. C. Relações de influências de indicadores macroeconômicos na propensão ao risco de empreender. REGE - *Revista de Gestão* n.24, p.159–169, 2017.

NETO, J. P. B. As vantagens do empreendedorismo versus a dependência do assistencialismo filantropia: por que estimular o empreendedor e evitar o assistido? *Revista de micro e pequenas empresas e empreendedorismo da Fatec*, Osasco, v. 1, n. 1, Jan./Jun. 2015.

- NOGAMI, V. K. C.; MEDEIROS, J.; FAIA, V. S. Análise da evolução da atividade empreendedora no Brasil de acordo com o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) entre os anos de 2000 a 2013. *Revista empreendedorismo e gestão de pequenas empresas*, v.3, n.3, p. 31-76, 2014.
- OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE*, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, Mai./Ago. 2002.
- OLIVEIRA, M. E. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. *Revista FAE*, Curitiba, v.7, n.2, p.15-18 Jul./Dez. 2004.
- PARENTE, C.; COSTA, D.; SANTOS, M.; CHAVES, R. R. Empreendedorismo social: contributos teóricos para sua definição. XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das organizações e do trabalho, emprego e coesão social: da crise de regulação à hegemonia da globalização. Lisboa, Mai./2011.
- PAULA, S. R.; UHR, D. A. P.; UHR, J. G. Z. Evidências adicionais da relação entre empreendedorismo e crescimento econômico. *Revista do CEPE*. Santa Cruz do Sul, n. 45, p. 127-142, Jan./Jun. 2017.
- PINDYCK, R.; RUBINFELD, D, L; KUME, H; KAI, H.M. Econometria: modelos e previsões. Rio de Janeiro, 2004.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Título. Ano. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015/sdg-overview1/mdg1.html>, acessado em 21/11/2015.
- PORTAL BRASIL. Título. Ano. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/empreendedorismo-social-gera-lucro-e-desenvolvimento>, acessado em 21/11/2015.  
<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/oportunidade-e-necessidade>, acessado em 20/12/2017.
- QUINTÃO, C. Empreendedorismo social e oportunidades de construção do próprio emprego. Seminário “Trabalho social e mercado de trabalho”, Painel políticas sociais e mercado de emprego. Faculdade de ciências humanas e sociais, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Abr./2004.
- ROCHA, E. L. C. Oportunidade ou necessidade? Um estudo do impacto do empreendedorismo no desenvolvimento econômico. *Revista Gestão em Análise*, Fortaleza, v. 3, n. 1/2, p. 31-46, jan./dez. 2014.
- SANTOS, F. C. G. Empreendedorismo utópico: políticas públicas de fomento ao empreendedorismo como uma alternativa para o desenvolvimento econômico local. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 3., 2003, Cidade de realização. *Anais [...]*. Cidade: Entidade, 2003. p. 249-262.

SANTOS, A. S.; SANTOS, W. O.; GONZALES, E. O.; LOPES, R. L. Simulações de impactos setoriais sobre a distribuição de renda e o crescimento econômico: evidências para o Brasil. Anpec 2013.

SCHMITT JUNIOR, A.; BEILER, G.; WALKOWSKI, M. Empreendedorismo social e responsabilidade social: uma abordagem conceitual. *In*: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 4., 2011, Cidade. **Anais** [...]. Cidade: Entidade, 2011.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEBRAE 2004

<http://intranet.df.SEBRAE.com.br/download/ambiental/Biblioteca/Pesquisa%20SEBRAE%20Mortalidade%20MPE/Mortalidade%20mpe2004.pdf>, acessado 15/12/2017.

SEBRAE 2016

<http://dataSEBRAE.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Sobreviv%C3%A9ncia-de-Empresas-no-Brasil-2016-FINAL.pdf>, acessado em 15/12/2017.

<https://m.SEBRAE.com.br/SEBRAE/Portal%20SEBRAE/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-apresentacao-2016.pdf>, acessado em 15/12/2017.

SEBRAE 2017

[http://dataSEBRAE.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Perfil-do-Microempreendedor-Individual\\_2017-v8.pdf](http://dataSEBRAE.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Perfil-do-Microempreendedor-Individual_2017-v8.pdf), acessado em 01/01/2018

STEVENSON, W; FARIAS, A. A. *Estatística aplicada à administração*. São Paulo, 2001.

TIMMONDS, J. A. *New venture Creation: entrepreneurship for the 21st Century*. 8th ed. Boston: McGraw-Hill/Irwin, 2009.